REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA
PARTE 3

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS – PR

LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

www.liderengenharia.eng.br
contato@liderengenharia.eng.br

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS - PR

2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA
PARTE 3

LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES - LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS – PR

FÁBIO ROBERTO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA DE PLANEJAMENTO CONTRATADA

LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES - LTDA
CNPJ: 23.146.943/0001-22
Avenida Antônio Diederichsen, nº 400 – sala 1203.
CEP 14020-250 – Ribeirão Preto/SP
www.liderengenharia.eng.br

EQUIPE TÉCNICA

Robson Ricardo Resende
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA – SC 99639-2

Osmani Vicente Jr.
Arquiteto e Urbanista
CAU A23196-7
Especialista em Gestão Ambiental para Municípios

Juliano Mauricio da Silva
Engenheiro Civil
CREA/PR 117165-D

Roney Felipe Moratto
Geógrafo
CREA /PR 149.021/D

Carmen Cecília Marques Minardi
Economista
CORECON SP 36677

Daniel Ferreira de Castro Furtado
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA/SC 118987-6

Lara Ricardo da Silva Pereira
Arquiteta e Urbanista
CAU: 177264-3

Paula Evaristo dos Reis de Barros
Advogada
OAB/MG 107.935

Lucas Augusto F. Bortoluci
Arquiteto e Urbanista
CAU/SP 256028-3

Silas Henrique de Aguiar
Arquiteto e Urbanista

Isabella Fernandes de Souza Tsuji
Arquiteta e Urbanista
CAU/SP 249264-4

Katiane Neiva Pontes de Souza
Engenheira Ambiental
CREA/SP 5070648215

Carolina Bavia Ferrucio Bandolin
Assistente Social
CRESS/PR 10.952

Juliano Yamada Rovigati
Geólogo
CREA/PR 109.137/D

Daniel Mazzini Ferreira Vianna
Arquiteto e Urbanista
CAU 89.230-0

Willian de Melo Machado
Analista de Sistemas

Paulo Guilherme Fuchs
Administrador
CRA/SC 21705

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Decreto nº 246 de 18 de agosto de 2021

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

a) Engenheiro Civil: Everton Tiago Pinto - Coordenador da Equipe.
b) Secretário de Planejamento, Obras e Serviços Públicos: Taiana Paula Honetta.
c) Oficial Habitacional: Emerson Nairnei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

a) Secretário de Agricultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico: Jair Muller.
b) Engenheiro Agrícola: Pétterson Vinicius Pramiu,

SECRETARIA DE FINANÇAS:

a) Secretário de finanças: Sandro Veroneze
b) Técnico em Contabilidade: Gerson Silva
c) Auditora Fiscal: Vanessa Alaine Zankanol

SECRETARIA DE ADMINTSTRAÇÃO:

a) Secretária de Administração: Emerenciane Mendes
b) Procurador Jurídico: Samuel de Lima

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

a) Secretária de Educação: Angelita Fiori
b) Professora: Silvia Regiane Vorgenes

SECRETARIA DE SAÚDE:

a) Secretária de Saúde: Juceli Carmen Brugnerotto Balbinoti
b) Enfermeira: Sarah Nayane da Rosa

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a) Secretário de Assistência Social: Francisco Altair Fernandes
b) Assistente Social: Raquel Bones dos Reis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA 10

1.1. SISTEMA VIÁRIO 10
1.2. MOBILIDADE, CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES 12

2. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO 12

2.1. RECEITAS FINANCEIRAS 13
2.2. REPASSES FINANCEIROS 16
2.3. DESPESAS FINANCEIRAS 17
2.4. DESPESAS POR FUNÇÃO 18
2.5. INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS 20

3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES 23

4. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 25

5. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 28

6. RELATÓRIO DO PROCESSO PARTICIPATIVO 31

6.1. REUNIÃO OFICINA LEITURA TÉCNICA 31
6.2. 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 38

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.1 – MAPA DE ACESSOS DE NOVA LARANJEIRAS/PR. 11
FIGURA 6.1 – FOTOS DA OFICINA LEITURA TÉCNICA 31
FIGURA 6.2 – LISTAS DE PRESENÇA – OFICINA LEITURA TÉCNICA 32
FIGURA 6.3 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA – OFICINA LEITURA TÉCNICA 33
FIGURA 6.4 – FOTOS DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA. 38
FIGURA 6.5 – LISTAS DE PRESENÇA – 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA. 39
FIGURA 6.6 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA – 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA. 40
FIGURA 6.7 – CARTAZ UTILIZADO NA DIVULGAÇÃO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA. 49
FIGURA 6.8 –DIVULGAÇÃO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA NAS REDES SOCIAIS DA PREFEITURA. 50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RECEITA MUNICIPAL (VALORES R$) EM 2020. 13

TABELA 2 – RECEITA TOTAL LÍQUIDA (VALORES EM R$) EM 2020. 13

TABELA 3 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE (EM R$) EM 2020. 15

TABELA 4 – RECEITAS PRÓPRIAS E TRIBUTÁRIAS (EM R$) – VALORES NOMINAIS. 15

TABELA 5 – RECEITA TRIBUTÁRIA X RECEITA CORRENTE (VALORES EM R$). 16

TABELA 6 – REPASSES DE RECEITAS FEDERAIS (EM R$) – VALORES NOMINAIS. 16

TABELA 7 – REPASSES DE RECEITAS ESTADUAIS (EM R$) – VALORES NOMINAIS. 17

TABELA 8 – PARTICIPAÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL EM RELAÇÃO À DESPESA ORÇAMENTÁRIA (EM R$) – VALORES NOMINAIS. 18

TABELA 9 – GASTOS COM PESSOAL X RECEITAS E DESPESAS TOTAIS. 18

TABELA 10 – DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO. 19

TABELA 11 – DESPESA E RECEITA (VALORES EM R$). 20

TABELA 12 – INDICADOR DE ESFORÇO TRIBUTÁRIO (VALORES EM R$). 21

TABELA 13 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA (VALORES EM R$). 21

TABELA 14 – INDICADOR DE FINANCIAMENTOS DOS GASTOS (VALORES EM R$). 22

TABELA 15 – INDICADOR DE POUPANÇA (VALORES EM R$). 22

TABELA 16 – TRIBUTOS MUNICIPAIS NA RECEITA CORRENTE (VALORES EM R$). 23

INTRODUÇÃO

Este documento consiste na avaliação técnica das condições gerais de acessibilidade e mobilidade da área urbana considerando a adequação do sistema viário básico, deslocamento individual não motorizado e do deslocamento motorizado de cargas e serviços. Estas análises consideram as necessidades de circulação da população entre áreas residenciais, principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalho. Além de observar o acesso ao transporte, trabalho e serviços públicos e lazer.

É contemplado ainda a avaliação da capacidade de investimento atual e futuro do município, visando a implementação de um Plano de Ação e Investimentos, e a estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes relacionados, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento urbano.

Por fim, este apresenta a síntese da Análise Temática Integrada considerando todos os aspectos trabalhados nas Partes 1, 2 e 3 e objetivando a definição dos Objetivos para o Desenvolvimento Municipal (também presente neste relatório).

1. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA

A NBR 9050 é a norma que define os aspectos ligados à acessibilidade no meio urbano, parâmetros técnicos ligados ao projeto, construção e adaptação, visando o acesso aos equipamentos urbanos independentemente da idade, estatura ou limitação de mobilidade, além da utilização desses de forma segura. Sendo assim, o Município possui algumas edificações que seguem esses padrões, principalmente novas construções e as que passaram por reformas recentemente, contudo ainda há a necessidade de fiscalização para que toda e qualquer nova edificação e reforma, garanta as premissas da NBR.

1.1. SISTEMA VIÁRIO

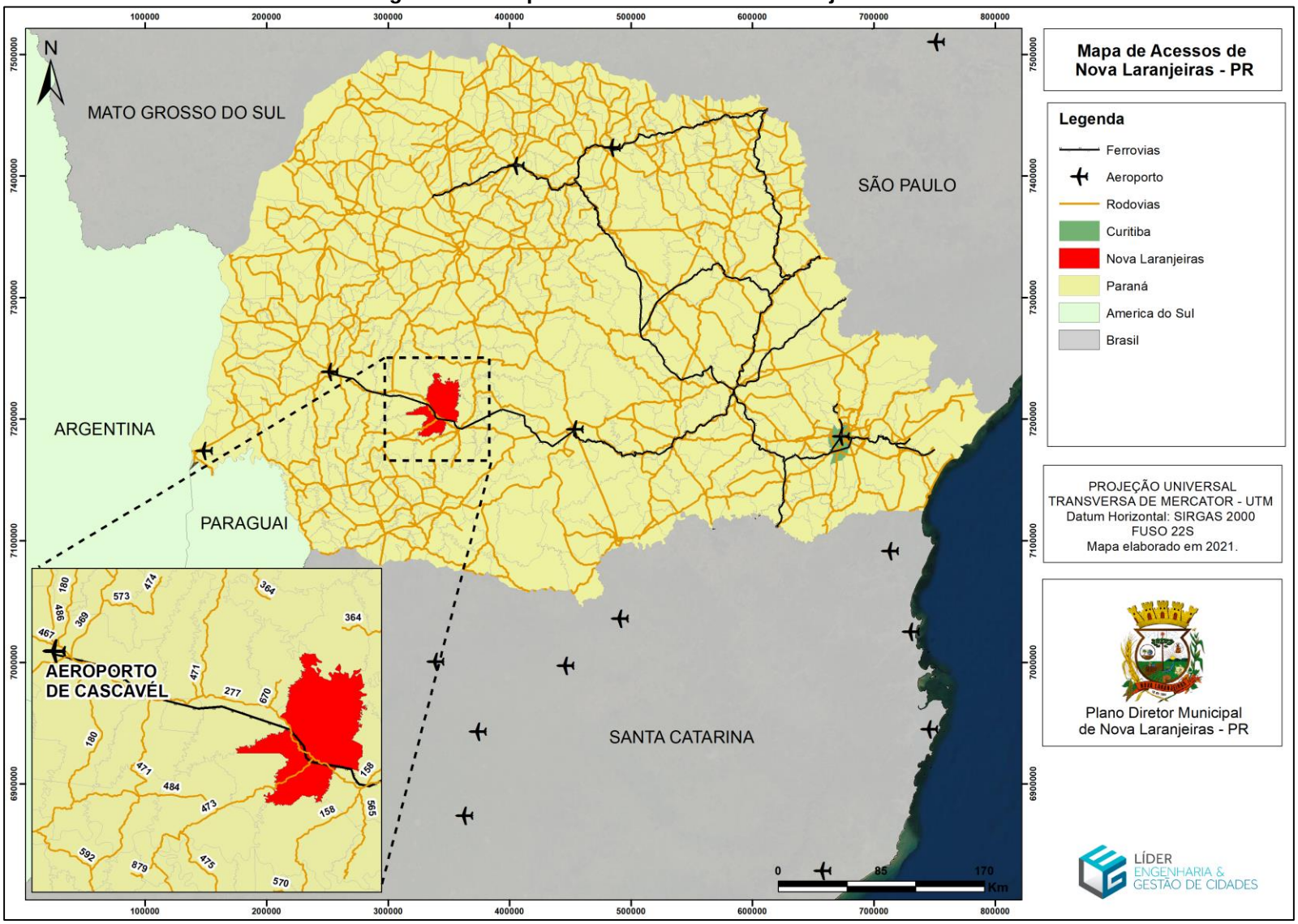
Segundo o Ministério das Cidades, o sistema viário é o espaço público por onde as pessoas circulam, a pé ou com auxílio de algum veículo (motorizado ou não), articulando, no espaço, todas as atividades humanas intra e interurbanas, sendo essa uma importante infraestrutura para o desenvolvimento das relações de circulação de pessoas e produtos em uma cidade.

O principal acesso à Nova Laranjeiras ocorre pela rodovia BR-277 que faz a ligação de Guarapuava a Cascavel e corta a malha urbana. O acesso secundário ocorre pela PR-473 a sul, fazendo a ligação com Quedas do Iguaçu.

Com relação ao estado de conservação das vias urbanas do município de Nova Laranjeiras, elas se encontram, em sua maioria, com algum tipo de pavimentação, porém, o estado de conservação de algumas não é tão bom, já que existem deficiências de drenagem e da má qualidade asfáltica. Além disso, existem problemas relacionados à sinalização e demandas para padronização das calçadas e implantação de ciclovias.

Já as estradas rurais, assim como as urbanas, necessitam de readequação viária, de sentido e perfil das vias. O mapa a seguir apresenta as vias de acesso do Município.

Figura 1.1 – Mapa de acessos de Nova Laranjeiras/PR.



Fonte: DER/PR, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

1.2. MOBILIDADE, CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES

As questões de mobilidade urbana do Município não são ideais pois, apesar da maior parte das calçadas serem pavimentadas, não existe regulamentação nem fiscalização quanto à qualidade da acessibilidade, além de não possuir padronização.

2. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO

A análise da capacidade de investimento do Município abrange o diagnóstico da situação fiscal e financeira, a identificação dos responsáveis pela geração de riqueza do Município, fontes de financiamento próprias e nível de arrecadação tributária municipal, potencialidades de receitas não ou pouco exploradas, fatores limitadores na arrecadação de receitas municipais e o exame dos mecanismos complementares de financiamento e sua possibilidade de uso com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

As finanças públicas abrangem todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

Conceitualmente as receitas e despesas públicas são um indicador do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ser de diversas fontes, varia muito em função da área do Município, da população e das atividades econômicas. As despesas, geralmente, estarão indexadas às receitas arrecadadas indicando uma constante restrição orçamentária. Por isso o gestor público deve ter os devidos cuidados na administração dos recursos no sentido de alocá-los da maneira mais justa e racional possível.

2.1. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras públicas são classificadas em categorias econômicas de acordo com sua perenidade: receitas correntes e de capital. As primeiras são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não-duradouro, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes. A receita de capital são as que alteram o patrimônio duradouro do estado, aquelas de captação externa de recursos: constituição de dívidas, conversão em espécie de bens e direitos, reservas, e transferências de capital. (BRASIL, 2015).

Em Nova Laranjeiras, como na maioria dos municípios brasileiros, a receita é composta, fundamentalmente, por receitas correntes que exercem grande influência na arrecadação. No período de 2020, a receita corrente teve participação de 88,41% (R$ 40.349.462,45) em relação a receita total bruta (R$ 45.637.010,47). A receita de capital representou apenas 11,59% (R$ 5.287.548,02) da receita total bruta, conforme aponta a tabela a seguir.

Tabela 1 – Receita Municipal (Valores R$) em 2020.

Ano	Receita Corrente	%	Receita de Capital	%	Receita Total Bruta	%
2020	40.349.462,45	88,41	5.287.548,02	11,59	45.637.010,47	100%

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

Salienta-se que a informação contém o somatório das Receitas Correntes em conjunto com as Receitas Correntes INTRAORÇAMENTÁRIAS – Consolidada (Prefeitura + Autarquia – Instituto de Previdência).

A partir das deduções na receita corrente, provenientes da formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB tem-se a Receita Corrente Líquida, conforme aponta a tabela a seguir.

Tabela 2 – Receita Total Líquida (Valores em R$) em 2020.

Ano	Receita Corrente	Dedução da Receita Corrente	Receita Corrente Liquida	Receita Total Liquida
2020	40.349.462,45	4.744.903,61	35.604.558,84	35.604.558,81

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

- Transferências Constitucionais

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre estados e Municípios. Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. (BRASIL, 2018).

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas no art. 159 da Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE; o Fundo de Participação dos Municípios - FPM; o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

No que se refere às Transferências Constitucionais Estaduais aponta-se o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O art. 161 da Constituição Federal estabelece que ao Tribunal de Contas da União compete calcular e fixar os coeficientes de participação na distribuição de recursos das referidas repartições tributárias. Compete ainda ao TCU, fiscalizar a entrega dos recursos aos beneficiários e acompanhar junto aos órgãos competentes da União a classificação das receitas que dão origem às repartições.

- Composição da Receita Corrente

A receita corrente é composta por diversos tipos de receitas, sendo as mais significativas as transferências constitucionais federais e estaduais e as receitas tributárias.

A principal fonte de receita são as transferências de receitas correntes que somam 89,08% do total, seguidas da receita tributária (9,62%). Desta forma, por apresentar uma porcentagem parecida em outros tipos de receita, Nova Laranjeiras

tem certa dependência de transferências constitucionais, sendo dependente do estado ou da união.

Tabela 3 – Composição da Receita Corrente (em R$) em 2020.

Origem da Receita	2020
Patrimonial	81.545,57
Tributária	3.426.911,74
Transf. Receitas Correntes	31.715.480,94
Demais Receitas Correntes	380.620,59
Total Receitas Correntes	35.604.558,84

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2021.

- Receitas Tributárias e Receitas Próprias

Em relação à arrecadação de tributos municipais, podem ser impostos, taxas ou contribuições de melhorias, incluindo nessa pauta uma variedade de impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis), e o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), que compete aos Municípios em administrar a arrecadação.

Destes, os impostos municipais são os maiores arrecadadores, somando R$ 2.815.270,05 que corresponde a 7,9% do total das receitas correntes. Em específico o ISSQN e o ITBI são os principais impostos da arrecadação própria do Município. A participação percentual de tributos municipais na Receita Corrente fica assim distribuída: 19,45% de IPTU, 61,81% de ISSQN, 28,69% de ITBI, e 1,19% de Taxas, conforme tabela abaixo.

Tabela 4 – Receitas próprias e tributárias (em R$) – Valores nominais.

Receita Municipal	Valor (2020)	Participação percentual na Receita Corrente (%)
IPTU	234.088,18	8,31%
ISSQN	1.740.259,38	61,81%
ITBI	807.696,11	28,69%
TAXAS	33.226,38	1,19%
Contribuição de Melhoria	0,00	0
Total	**2.815.270,05**	**100%**

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2021.

- Receita Corrente e Receita Tributária

A Receita Tributária equivale a 8,49% da Receita Corrente, ou seja, R$ 3.426.911,74, dentro do período de análise. Com esses dados, recomenda-se ao executivo buscar estratégias e mecanismos de atualização fiscal de modo a melhorar os índices de arrecadação, uma vez que podem inviabilizar os investimentos futuros pelos baixos valores oriundos da receita tributária.

A capacidade contributiva da população representada nos tributos poderá ser revista pelos processos de modernização na estrutura municipal, atualização da planta genérica de valores e também com a adoção de fiscalização mais eficaz com a finalidade de aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.

Tabela 5 – Receita Tributária x Receita Corrente (Valores em R$).

Ano	Receita Tributária	Receita Corrente	% Indicador (A: B). 100
2020	3.426.911,74	40.349.462,45	8,49

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

2.2. REPASSES FINANCEIROS

- Transferências Constitucionais do Governo Federal

Em relação aos repasses do Governo Federal para o Município, o FPM é a principal fonte de recursos do Governo Federal, apontando a participação de 75,33% do total dos repasses federais no período de análise.

Em relação ao FUNDEF/FUNDEB, segundo maior repasse do governo federal, mostrou a participação de 21,48% do total dos repasses federais no período de análise.

Tabela 6 – Repasses de Receitas Federais (em R$) – Valores nominais.

Especificação	
FPM	12.816.425,64
ITR	526.412,92
LC 87/96	0,00
CIDE	14.771,60
FEX	0,00
FUNDEF/FUNDEB	3.654.644,74
Total	17.012.254,90

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

- Transferências Constitucionais do Governo Estadual

O ICMS, que se refere ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Esses dados refletem a evolução da economia local e também a diminuição da inadimplência. Do produto da arrecadação dos impostos de competência do Estado, parte substancial destina-se, constitucionalmente, aos Municípios.

Denominam-se “Transferências Constitucionais” as parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, por disposição constitucional.

Em relação ao total das transferências correntes, o ICMS (repasse líquido) é a principal fonte de recursos do governo estadual. No Município de Nova Laranjeiras a participação do ICMS líquido em relação ao repasse total do Estado alcançou 88,57% no período analisado.

O IPVA não é um fator relevante em termos de transferência do estado para grande parte dos Municípios. No Município de Nova Laranjeiras tem baixa representatividade financeira, perfazendo 9,96% do repasse total do estado no período analisado.

A participação absoluta do ICMS para as receitas também confirma a dependência financeira nessa linha de transferência como fonte indispensável para as atividades da Administração Pública. Essa participação somada às transferências do FPM pelo Governo Federal se transforma em uma dependência muito grande em face de baixa arrecadação própria.

Tabela 7 – Repasses de Receitas Estaduais (em R$) – Valores nominais.

Ano	ICMS1		Fundo de Exportação2	Royalties Petróleo	IPVA3	Total Repasse Líquido
	Repasse Bruto	Repasse Líquido				
2020	10.341.677,97	8.273.342,57	135.126,31	1.897,70	930.357,56	9.340.724,14

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

2.3. DESPESAS FINANCEIRAS

1 ICMS - valor referente à cota-parte do ICMS aplicada sobre o Índice de Participação do Município. Valor Líquido já deduzidos 15% para o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, e eventuais valores dados como garantia.

2 Fundo de Exportação - cota parte do imposto (ICMS) sobre produtos industrializados de Estados exportadores. Valor divulgado corresponde ao valor líquido, já descontados FUNDEF e PASEP.

3 IPVA - Repasse correspondente aos veículos licenciados no Município. Não se fundamenta no Índice do FPM

As despesas públicas financeiras são aquelas relacionadas com os gastos orçamentários e licitatórios realizados pela administração pública com vista ao atendimento das necessidades da sociedade em geral.

Para fazer frente às despesas administrativas, operacionais e financeiras, o Município depende de receita financeira para uso conforme os limites constitucionais, efetivando os pagamentos legais por despesas necessárias ao andamento do setor público municipal, tais como salários, encargos financeiros e sociais, amortizações dos financiamentos, custeio, investimentos, manutenção e etc.

A composição das despesas do Município, também tendo como base o período de 2020, é composta por uma Despesa Total de R$ 36.582.404,83, dividida em Despesa Corrente de R$ 26.623.517,01 e Despesa de Capital de R$ 9.958.887,82, o que corresponde a 72,77% e 27,23% da Despesa Total, respectivamente.

Tabela 8 – Participação da Despesa Corrente e de Capital em relação à Despesa Orçamentária (em R$) – Valores nominais.

Ano	Despesa Corrente	%	Despesas de Capital	%	Despesa Total	%
2020	26.623.517,01	72,77	9.958.887,82	27,23	36.582.404,83	100

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

As despesas correntes se desdobram em despesas com pessoal e encargos; juros e encargos da dívida; e outras despesas correntes.

De acordo com os números apontados nas tabelas a seguir, os indicadores encontrados na proporcionalidade entre receitas e despesas revelam o significativo peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre a receita.

Tabela 9 – Gastos com Pessoal x Receitas e Despesas Totais.

Ano	Despesa com	Receita		Despesa	
	Pessoal	Total	Corrente Liquida	Total	Corrente
2020	16.707.564,53	40.349.462,45	35.604.558,84	36.582.404,83	26.623.517,01

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2021.

2.4. DESPESAS POR FUNÇÃO

As despesas por função refletem, de certa forma, as prioridades dadas pelo governo à alocação dos recursos que lhe são disponíveis. Dessa maneira, a análise

é útil para se medir a destinação dada pelo governo no que se refere à prestação de serviços básicos à sociedade.

As funções cujas despesas são mais representativas são em ordem decrescente: saúde (26,19%), educação (19,87%), urbanismo (16,56%), transporte (10,82%) e administração (10,59%). As outras funções possuem menos de 10% de representatividade no total das despesas.

Tabela 10 – Despesas municipais por função.

Discriminação	Em Reais	Participação %
	2020	2020
Legislativa	0,00	0,00%
Administração	3.874.736,40	10,59%
Segurança Publica	0,00	0,00%
Assistência Social	2.180.860,60	5,96%
Previdência Social	50.753,58	0,14%
Saúde	9.579.659,61	26,19%
Educação	7.269.579,13	19,87%
Cultura	433.097,63	1,18%
Urbanismo	6.057.651,44	16,56%
Habitação	62.537,57	0,17%
Saneamento	0,00	0,00%
Gestão Ambiental	1.085.292,77	2,97%
Agricultura	685.236,31	1,87%
Indústrias	48.899,62	0,13%
Comércios e Serviços	0,00	0,00%
Comunicação	0,00	0,00%
Transporte	3.959.238,30	10,82%
Deporto e Lazer	436.314,50	1,19%
Encargos Especiais	858.547,37	2,35%
Despesas por Função	36.582.404,83	100,00%

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

Os gastos com o legislativo, segurança pública, previdência social, habitação, saneamento, indústria, comércio e serviços, e comunicação, se comparados com outras funções, são inexpressivos pela sua representatividade na economia local.

Nesse sentido, deverão ser discutidos propostas e projetos que possam distribuir mais racionalmente os gastos públicos que venham de encontro com os anseios da comunidade, pois as áreas que não apresentaram nenhum gasto público dentro do período analisado ou apresentaram um gasto muito baixo, tratam-se de áreas importantes para a promoção do desenvolvimento local.

- Evolução da Despesa Orçamentária em relação à Receita Orçamentária

As receitas e despesas públicas são um indicador do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira.

Nova Laranjeiras apresentou, no período de análise, um equilíbrio orçamentário onde as despesas totais foram inferiores a receita orçamentária total.

Tabela 11 – Despesa e Receita (Valores em R$).

Ano	Despesa Total (A)	Receita Total (B)	(A: B). 100
2020	36.582.404,83	40.892.106,86	0,894

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

2.5. INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS

A gestão municipal é influenciada pela causalidade (causa e efeito), pelo modelo de expectativas racionais e pelo equilíbrio de mercado. Isto exige uma planificação orientada, onde a avaliação dos benefícios, da utilidade e da efetividade alocativa, traduz a dicotomia existente nos processos decisórios entre as prioridades qualitativas e a racionalidade econômica do governo. O atendimento concreto das necessidades coletivas, pelas pessoas jurídicas do setor público, pelos seus agentes e órgãos, considera a administração pública no sentido objetivo (MENDES, 2008).

Os indicadores representam as possibilidades de a Administração Pública tomar decisões de investimentos e gastos em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tome decisões técnicas no sentido de salvaguardar o patrimônio público.

- Indicador de Esforço Tributário

Para análise do Indicador do Esforço Tributário, a relação entre a Receita Tributária (R$ 3.426.911,74) com a população 11.462 habitantes (estimativa do IBGE para 2020), mostra que o ano de 2020, em valores nominais, foi o que apresentou um resultado onde cada pessoa que compõe a população de Nova Laranjeiras contribuiu com R$ 298,98 per capita com a Receita Tributária Municipal.

Isto evidencia a necessidade de novas ações de política fiscal por parte do Executivo, como atualizações no Código Tributário municipal para evitar dificuldades de caixa.

Tabela 12 – Indicador de Esforço Tributário (Valores em R$).

Ano	Receita Tributária (A)	População (B)	Indicador (A: B)
2020	3.426.911,74	11.462	298,98

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

- Indicador de Dependência

Neste índice procura-se avaliar em que medida o Município depende das Receitas Transferidas para poder oferecer o conjunto de bens e serviços à população. Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas (Transferência de Receita Corrente + Transferência de Capital = R$69.365.525,85) e Despesas Totais (R$65.227.400,00). Quanto mais próximo de “1” der o resultado do indicador (0,94), maior a dependência do Município em relação às transferências, especialmente o FPM e ICMS.

Em função da arrecadação relativamente baixa das Receitas Tributárias, o Município apresenta dependência das Receitas Transferidas para manter suas despesas, comprometendo os limites dos recursos disponibilizados. Este resultado demonstra que o Município deve realizar planejamentos de alternativas próprias, fazendo também adoção de políticas de crescimento e estratégias de desenvolvimento, para fazer frente aos imprevistos nos repasses dos recursos governamentais.

Tabela 13 – Indicador de Dependência (Valores em R$).

Ano	Receita Transferida[4]	Despesa Total (B)	Indicador (A: B)
2020	33.999.786,81	36.582.404,83	92,94

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

- Indicador de Financiamento dos Gastos

Esse estudo mostra a relação entre Despesa Corrente e Receita Tributária, ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da estrutura administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito). Quanto maior o índice, menor o esforço tributário.

4 Somatórios da Transferência de receita Corrente e Transferência de Capital

O Município de Nova Laranjeiras está na dependência de um considerável esforço tributário para obtenção de índices mais satisfatórios que possam fazer frente à Despesa Corrente. O comportamento da arrecadação própria (tributária) apresenta indicadores que comprovam a dependência dos recursos de transferência. Na relação Despesa Corrente (R$ 26.623.517,01) e Receita Tributária (R$ 3.426.911,74), o esforço da Receita Tributária para fazer frente à Despesa Corrente e investimentos de capital obteve o índice de 7,76.

A participação da Receita Tributária ainda é muito pequena em relação à Despesa Corrente. Com isto fica evidente a adoção de ajuste na política tributária municipal no sentido de criar estímulos de arrecadação que possam suprir e/ou amenizar as dificuldades de caixa no Município.

Tabela 14 – Indicador de Financiamentos dos Gastos (Valores em R$).

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A: B)
2020	26.623.517,01	3.426.911,74	7,76

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

- Indicador de Poupança

Com receitas municipais próprias arrecadadas, o Município terá deduções de despesas, a diferença poderá ser utilizada para investimento de capital. A Poupança foi calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receita Corrente R$ (R$ 35.604.558,84) e Despesa Corrente (R$ 26.623.517,01) no ano de 2020, que foi de R$ 8.981.041,83, e o Indicador foi calculado a partir da razão entre a Receita Corrente e Despesa Corrente.

Este indicador reflete o esforço da administração em relação à saúde financeira do Município. O Indicador de Poupança foi de 1,337 no exercício de 2020. A poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros podendo ser destinados a investimentos e propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a ação da iniciativa privada e da população em geral.

Tabela 15 – Indicador de Poupança (Valores em R$).

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A: B)
2020	35.604.558,84	26.623.517,01	8.981.041,83	1,337

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

- Indicador Capacidade de Investimento

A Capacidade de Investimento do Município é calculada através da diferença entre Receita Efetiva e Despesa Corrente + Amortizações. Seu indicador é definido pelo percentual obtido do quociente da Capacidade de Investimento pela Receita Efetiva.

Com isso, o Município poderá investir 17,44% (R$ 5.686.057,77) das receitas, se considerado como base o ano de 2020. No ano em questão a Despesa Corrente + Amortização foi de R$ 26.915.258,92.

Em relação à Receita Efetiva, ocorre em todos os anos uma poupança interna, porém, para viabilizar novos investimentos há necessidade de precaução nos gastos correntes do Município, desde o início do exercício para evitar descontroles ao longo do ano, notadamente no 2º semestre onde as dificuldades de manter o equilíbrio orçamentário são maiores em função da queda natural da arrecadação, principalmente nos Municípios menores e mais dependentes das transferências intergovernamentais.

Tabela 16 – Tributos Municipais na Receita Corrente (Valores em R$).

Ano	Receita Total	Receita[5] Efetiva	Despesa Corrente	Amortizacão	Despesa Corrente + Amortização	Capacidade de Investimento	Cap. de Inv. (%) [6]
2020	40.892.106,86	32.601.316,69	26.623.517,01	291.741,91	26.915.258,92	5.686.057,77	17,44

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES

Os Conselhos Municipais são mecanismos de interlocução permanente entre Governo e Sociedade Civil, que vêm ampliando e aperfeiçoando sua atuação, auxiliando a administração no planejamento, orientação, fiscalização e julgamento nas questões relativas a cada área temática.

Desta forma o município de Nova Laranjeiras apresenta atualmente uma estrutura composta de 19 Conselhos, sendo:

5 Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito
6 Cap. Inv. % = Capacidade de Investimento / Receita Efetiva x 100

Tabela 7 – Conselhos Municipais em Nova Laranjeiras.

CONSELHO	LEI	Atuante
Conselho Tutelar	155/1996	Sim
Conselho Municipal de Empregos e Relações do Trabalho	141/1995	Não
Conselho Municipal de Assistência Social	119/1995	Sim
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	153/1996	Sim
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	190/1997	Sim
Conselho de Alimentação Escolar	251/2000	Sim
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima	264/2001	
Conselho Municipal de Turismo	289/2001	Não
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso	304/2002	
Conselho Comunitário de Segurança	ONG	Não
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB	507/2007	Sim
Conselho Municipal de Habitação	509/2007	Não
Conselho Municipal de Educação	644/2009	Sim
Conselho Municipal de Saúde	697/2009	Sim
Conselho Gestor do Fundo Habitacional de Interesse Social – FHIS	757/2010	Não
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA	793/2011	
Conselho de Desenvolvimento Urbano	802/2011	Não
Conselho Municipal da Cidade	943/2013	Não
Conselho Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade - CMTTM	1016/2014	Não

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

Dentre os conselhos listados podemos classificá-los com envolvimento direto ou indireto ao desenvolvimento urbano. Tal classificação não implica na importância ou não dos demais, afinal todos são fundamentais ao desenvolvimento da cidade. Entretanto, neste momento se faz necessário à análise e avaliação das atribuições, composição e funcionamento dos mesmo para entender como ocorre a participação popular e como está a eficácia dos mesmos. Com isso a classificação fica:

- **Envolvimento direto:** Conselho Municipal da Cidade, Conselho de Desenvolvimento Urbano, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, e Conselho Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade.
- **Envolvimento indireto:** Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Saúde, e Conselho Municipal de Turismo.

Dado o cenário de atuação direta no desenvolvimento urbano, objetiva-se uma análise sobre cada um destes conselhos.

O Conselho Municipal da Cidade foi regulamentado pela Lei nº 943 de 29 de maio de 2013 e se organiza segundo critérios de representação territorial e setorial e

de caráter não paritário, ou seja, com 3 representantes do poder público e 5 representantes da sociedade civil organizada.

4. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A análise temática integrada possui como objetivo apresentar de forma sintética as principais questões relacionadas à revisão do Plano Diretor Municipal, com base nos temas elencados, destacando assim, os assuntos mais relevantes.

Dessa forma, corresponde à compatibilização das leituras técnica e comunitária realizadas durante o processo de elaboração do presente diagnóstico, sendo a primeira, resultado da análise das informações apuradas no processo, com a colaboração da equipe técnica municipal e a segunda, resultante do processo participativo para esta fase, estabelecido por meio da realização de reuniões técnicas com representantes da equipe técnica municipal, bem como pela população em geral por meio de audiência pública.

Com as análises comparativas feitas com informações do Plano Diretor vigente, pode-se perceber melhora nas condições da maioria dos assuntos tratados, isso se dá devido à organização da gestão e do aumento da população, que resulta em maior quantidade de pessoas gerando renda para o Município.

Este diagnóstico embasará a elaboração da próxima fase da revisão do Plano Diretor Municipal de Nova Laranjeiras, cujo tema é Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, que servirá de base para a revisão da legislação municipal e do Plano de Ação e Investimentos (PAI), feito na 4ª Fase.

A seguir são apresentadas tabelas indicando as principais potencialidades e deficiências de cada setor trabalhado nesta fase da Revisão do Plano Diretor.

- Infraestrutura:

Pontos negativos/deficiências
Calçadas não executadas em algumas vias
Áreas críticas de desabastecimento nas zonas rurais devido ao baixo número de poços e redes de distribuição existentes nas comunidades
Não há atualmente galpão de separação do lixo reciclável ou associação de catadores no município, ou mesmo programas de coleta seletiva
Ausência do Plano Municipal de Destinação dos Resíduos Sólidos.
Deficiências na rede de drenagem das vias não pavimentadas e estradas rurais
Falta de rede de iluminação pública na zona rural

Pontos positivos/potencialidades
90% das vias pavimentadas e em bom estado de conservação
Serviço de distribuição de água operado pela SANEPAR
Rede coletora de esgoto com 23.233 metros de extensão.
85% das vias com rede de drenagem urbana

- Saúde:

Pontos positivos/potencialidades
USF atendem à demanda municipal
Atendimento do SAMU

- Educação:

Pontos negativos/deficiências
Nem todas as escolas tem estrutura física adaptada para receber os alunos com dificuldades para locomoção
Diminuição gradativa do número de alunos
Necessidade de multisseriação, e por consequência baixo rendimento
Falta de estrutura física para implantação da escola em tempo integral
Falta de estímulo aos estudantes, apoio e comprometimento por parte da família
Adaptações às mídias digitais
Dedicação por parte de uma minoria de profissionais
Pontos positivos/potencialidades
Equipamentos de educação atendem à demanda do município
Oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA Fase I
Em parceria com a Secretaria de Assistência Social, estão sendo ofertados cursos no contra turno, dentro das escolas municipais, buscando atender as crianças com maior vulnerabilidade social.
Relação de número de alunos por turma e por professor está de acordo com as normas estabelecidas pelo ministério da educação

- Esporte, Cultura e Turismo:

Pontos negativos/deficiências
Campos de Futebol 7 Xagu e Assentamento Estrela, que não possuem instalações sanitárias
Necessidade de implantação de campo de futebol 7 no Xagu 2 e no Rio da Prata
Necessidade de construção de um Centro Cultural para o município
Falta de atividades voltadas ao turismo especialmente ao turismo rural
Falta de um museu para valorização da cultura especialmente indígena do município
Pontos positivos/potencialidades
A maioria dos equipamentos apresentam condições mínimas quanto às questões de acessibilidade universal
Capacidade de suporte para atender a demanda está satisfatória, e há a previsão de implantação de novos equipamentos
Várias ações e programas desenvolvidos pelo departamento de esportes
Escolinhas de futsal na zona rural
Vários eventos realizados no setor de cultura

- Assistência Social:

Pontos negativos/deficiências
Não existe no município programa específico de erradicação do trabalho infantil
Estrutura física do CRAS em condições ruins
Falta de profissionais na equipe volante do CRAS
Pontos positivos/potencialidades
Bom desempenho do CRAS e do SCFV
Proteção Social Básica
Muitas ofertas de programas, serviços e projetos
Possui Centro de Convivência para Idosos com diversas atividades

- Cemitérios e serviços funerários:

Pontos negativos/deficiências
Capacidade insuficiente para a demanda dos próximos 10 anos
Não regularizados junto ao órgão ambiental estadual
Pontos positivos/potencialidades
O Município possui 1 cemitério na área urbana e 19 na área rural
Há duas empresas que presta serviços funerários e uma capela mortuária

- Segurança pública:

Pontos negativos/deficiências
Viatura com problemas mecânicos recorrentes
Necessidade de duas viaturas, uma com tração 4x4, para atender a área rural
Necessidade de implantação de câmeras de monitoramento
Pontos positivos/potencialidades
Patrulha na zona rural é realizada diariamente
Há cadastramento das áreas de risco

- Mobilidade, circulação e transportes:

Pontos negativos/deficiências
Necessidade de implantação de ciclovias
Sistema viário precisa ser reestruturado
Calçadas sem padronização
Necessidade de readequação da sinalização viária, sentido e perfil das vias urbanas e rurais
Estacionamentos não regularizados
Algumas vias urbanas e rurais não estão pavimentadas
Árvores obstruindo passagens de pedestres pelas calçadas
Necessidade de organização do trânsito
Pontos positivos/potencialidades
Maior parte das vias urbanas são pavimentadas

- Geração de Renda e Emprego:

Pontos negativos/deficiências
Ausência de parque ou zona industrial implantada
Pontos positivos/potencialidades
Destaque na produção de soja, milho e mel
Destaque na produção de galináceos, leite e gado de corte

- Meio ambiente:

Pontos negativos/deficiências
Não há indicadores para as questões ambientais
Queimadas, deposição de resíduos em locais impróprios e poluição de corpos de água
Rompimento de calçadas e muros, contato com a rede elétrica e riscos de queda em decorrência da arborização
Pontos positivos/potencialidades
O Município conta com um Plano de Arborização Urbana
Programas desenvolvidos pelo departamento de meio ambiente são as proteções de fontes e nascentes de água, a doação de mudas de árvores nativas para recuperação de áreas degradadas e matas ciliares
Palestras de educação ambiental em escolas e para comunidade em geral
Cadastros das Unidades de conservação: ATI Rio das Cobras, RPPN Corredor Iguaçu I e Estação Ecológica Zafalon
Área do Lago Municipal, com infraestrutura em bom estado, sendo uma área bem localizada e utilizada pela população

- Tributação e Cadastro:

Pontos negativos/deficiências
Estrutura organizacional existente não atende à demanda fiscal
Necessidade de fiscais a campo e servidores
Legislação tributária desatualizada
Necessidade de atualização da planta genérica de valores
Necessidade de recadastramento imobiliário
Pontos positivos/potencialidades
O setor possui bons equipamentos e sistema de informática

5. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

A partir do exposto, os objetivos para o desenvolvimento municipal foram elencados com base na análise temática dos fatores determinantes do Município – suas características, deficiências e potencialidades – e serão norteados por diretrizes com vistas a direcionar ações estratégicas a serem efetivadas para o desenvolvimento municipal. Estas diretrizes, por sua vez, são tema do próximo produto.

Desse modo, têm-se os seguintes objetivos:

- Promover a garantia da qualidade ambiental por meio de ações voltadas ao

manejo sustentável dos recursos naturais, bem como a sua conservação, preservação e recuperação, principalmente em áreas de fragilidade ambiental, propiciando melhoria na qualidade de vida da população e do meio ambiente;

- Promover o planejamento municipal, por meio da disciplina do parcelamento do solo urbano, do uso e da ocupação do solo urbano e municipal, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, da gestão orçamentária participativa, de planos, programas e projetos setoriais e planos de desenvolvimento econômico e social;
- Promover a compatibilização das necessidades sociais, com benefícios à população, relacionadas ao uso e ocupação do solo com a capacidade de suporte do território municipal, considerando especialmente as especificidades locais;
- Propiciar a mobilidade municipal de forma sustentável, envolvendo a implementação e melhoria nas ações do sistema viário, de modo a garantir a acessibilidade universal, incentivo a modais alternativos ao uso de veículos (transporte coletivo, bicicletas, entre outros), o escoamento da safra de forma segura e eficiente, garantindo a movimentação de bens de consumo e pessoas;
- Promover a oferta de infraestrutura e serviços públicos como saneamento básico, saúde, educação, lazer, entre outros, de modo a criar vínculos entre eles e beneficiando seu desenvolvimento;
- Propiciar o fomento das atividades turísticas no Município, com respectiva estruturação e incentivo a instituições relacionadas ao tema;
- Promover o crescimento sustentável das atividades econômicas e outros indicadores econômicos, que consequentemente, proporcionarão melhoria na qualidade de vida municipal;
- Promover a gestão institucional de forma eficiente, onde se tenha como foco o planejamento e gestão municipal com gestão democrática permanente;
- Garantir alimento a todos, propiciando maior nutrição da população, promover a agricultura sustentável e acabar com a pobreza em todas as formas;
- Garantir a educação inclusiva e de qualidade, a fim de dar oportunidades de aprendizagem para todos;
- Propiciar acesso à energia para todos de forma confiável, econômica e

moderna;

- Assegurar emprego e trabalho decente para todos, promovendo o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável;
- Propiciar segurança e acesso à justiça, tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

6. RELATÓRIO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

6.1. REUNIÃO OFICINA LEITURA TÉCNICA

DATA: 18 de maio de 2022

LOCAL: Secretaria de Educação

HORÁRIO: 15 horas

PAUTA: Foi realizada a Oficina Leitura Técnica com o objetivo de caracterizar as condições quali-quantitativas da cidade e do município considerando os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada;

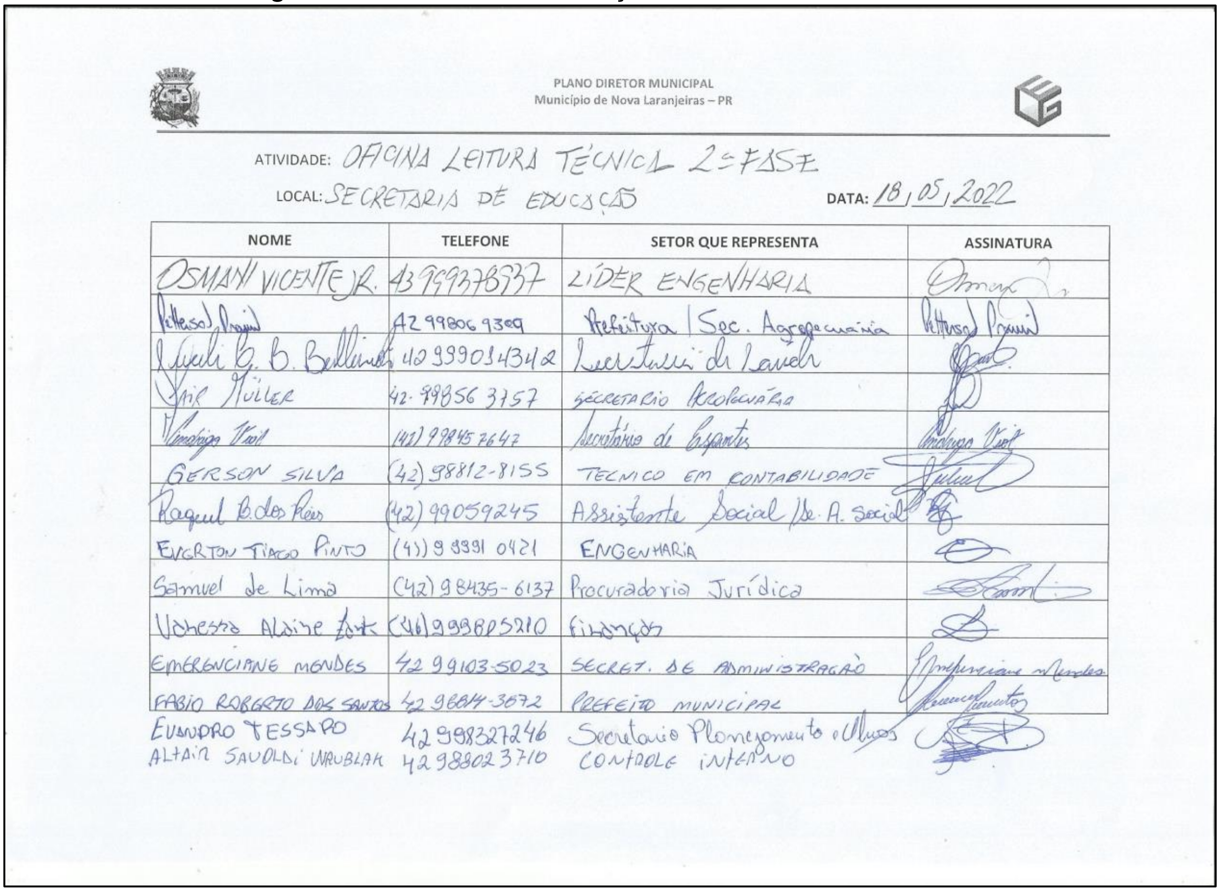
Responsável: Equipe da consultoria.

Participantes: ETM.

Figura 6.1 – Fotos da Oficina Leitura Técnica

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 6.2 – Listas de Presença – Oficina Leitura Técnica



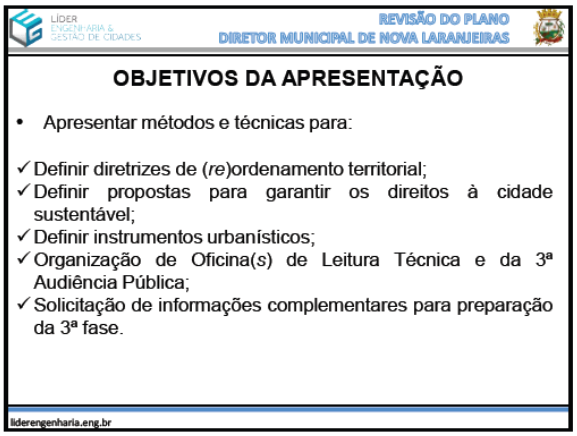
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Município de Nova Laranjeiras – PR

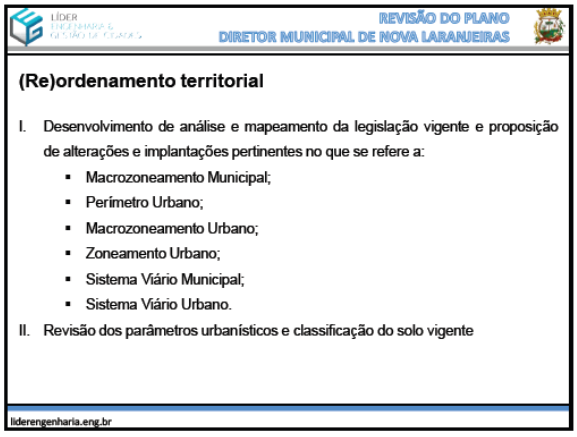
ATIVIDADE: OFICINA LEITURA TÉCNICA 2ª FASE
LOCAL: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DATA: 18/05/2022

NOME	TELEFONE	SETOR QUE REPRESENTA	ASSINATURA
OSMANI VICENTE JR.	43 999378937	LÍDER ENGENHARIA	[illegible]
[illegible]	42 99806 9309	Prefeitura / Sec. Agropecuária	[illegible]
[illegible]	42 999034342	[illegible]	[illegible]
[illegible] MÜLLER	42-99856 3757	SECRETARIO AGROPECUÁRIA	[illegible]
[illegible]	(42) 99845 7647	Secretário de Esportes	[illegible]
GERSON SILVA	(42) 98812-8155	TECNICO EM CONTABILIDADE	[illegible]
Raquel B. dos Reis	(42) 99059245	Assistente Social / Se. A. Social	[illegible]
EVERTON TIAGO PINTO	(41) 9 9991 0421	ENGENHARIA	[illegible]
Samuel de Lima	(42) 98435-6137	Procuradoria Jurídica	[illegible]
Vanessa Alaine [illegible]	(46) 999805210	Finanças	[illegible]
EMERENCIANO MENDES	42 99103-5023	SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO	[illegible]
FABIO ROBERTO DOS SANTOS	42 98814-3872	PREFEITO MUNICIPAL	[illegible]
EVANDRO TESSARO	42 998327246	Secretario Planejamento e Obras	[illegible]
ALTAIR SAVOLDI WRUBLAK	42 988023710	CONTROLE INTERNO	

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

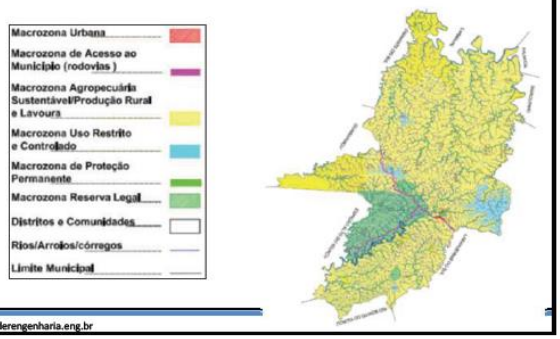
Figura 6.3 – Apresentação utilizada – Oficina Leitura Técnica





LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

Macrozoneamento Municipal Vigente



liderengenharia.eng.br

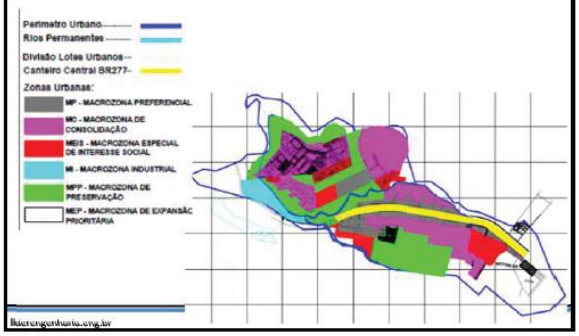
LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

Perímetro Urbano Vigente

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

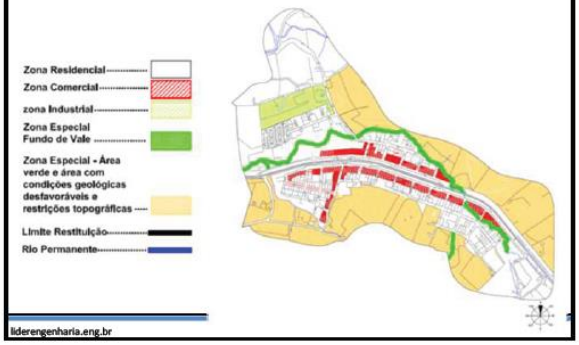
Macrozoneamento Urbano Vigente - Sede



liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

Zoneamento Urbano Vigente - Sede



liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

- Zona Residencial - corresponde às áreas urbanas destinadas ao uso predominantemente residencial, como apoio do Comércio e Serviço Vicinal de pequeno porte.
- Zona de Comércio e Serviço 1 (ZCS1) - correspondem os lotes com testada para a Rua Santa Catarina e Rua Rio Grande do Sul em toda a área urbana nos quais terão preferência toda atividade comercial e de serviços característicos ao atendimento de Rodovia, ou seja, restaurantes bares, hotéis, oficinas de lataria e pintura, comércio atacadista, deposito de materiais, oficinas mecânicas, posto de serviços dentre outros, sendo permissível o uso residencial.
- A Zona de Comércio e Serviço 1 (ZCS1) tem por objetivo definir área para atração e concentração de serviços de médio e grande porte, promovendo prioritariamente o Comércio e Serviço Setorial.

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

- A Zona de Comércio e Serviço 2 (ZCS2) - correspondente à área urbana composta pelos lotes com testada para a Rua Aldino Domingos Passarin, em toda sua extensão, Rua Alcides Petró, em toda sua extensão, Estrada Municipal Vereador João Antonio Wolff, no trecho urbano, Rua Raimundo Mioranza, no trecho compreendido entre a Travessa Cuiabá e a Rua Avelino Badotti, Ruas Ceará, Anselmo Veronese, Vereador Antonio Ribeiro de Oliveira no trecho compreendido entre as Ruas Rio Grande do Sul e Rua Pernambuco.
- A Zona de Comércio e Serviço 2 (ZCS2) tem por objetivo definir área prioritária para a concentração de comércio e serviços de pequeno e médio porte.

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

USO DO SOLO VIGENTE

Zona	Usos			
	Permitido	Permissível	Tolerado	Proibido
MP – Macrozona Preferencial	Residencial: -habitação coletiva horizontal -habitação coletiva vertical -comércio e serviço1 Comércio e serviço 2 - uso comunitário 1 - uso institucional 1 - Habitação transitória 1 e 2	- Comercio e serviço setorial	- Uso comunitário 2 -habitação unifamiliar	- todos os demais usos
MEP – Macrozona de Expansão Prioritária	-habitação uni familiar -habitação coletiva horizontal - uso comunitário 1 -comércio e serviço vicinal e de bairro - Habitação transitória 1 e 2	- Uso institucional 1	- Uso comunitário 2	- todos os demais usos
MEIS – Macrozona de Interesse Social	-habitação unifamiliar (1) -habitação coletiva horizontal -comércio e serviço vicinal e de bairro - uso institucional 1	- Uso comunitário 2	- Uso comunitário 1	- todos os demais usos
MI – Macrozona Industrial	- Industria do tipo 1 - Industria do tipo 2 - Industria do tipo 3 - comércio e serviço especifico 2 - comércio e serviço setorial	- Uso comunitário 2 - Uso comunitário 3 -comércio e serviço especifico 1 -comércio e serviço geral -habitação transitória 3	habitação uni familiar (1)	- todos os demais usos
MPP – Macrozona de Preservação Permanente	-preservação e recuperação - pesquisa científica - atividades de lazer e passeio (2)	-educação ambiental		- todos os demais usos

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

ÍNDICES DE OCUPAÇÃO DO SOLO VIGENTES

Zona	C.A. básico	T.O. máx.	T.P. mín.	Nº de Pavim. (4)*	Lote mín / Testada mín. (m²/m)	Recuos		
						Frente	Lateral	Fundos
MP – Macrozona Preferencial	3,0	75%	10%	8	250/10	0 (7)	1,50 (1)	1,50 (2)
MC – Macrozona de Consolidação	1	75%	20	4	250/10	3,0	1,50 (1)	1,50 (2)
MEP – Macrozona de Expansão Prioritária	1	50%	20%	4	250/10	3,0	1,50 (1)	1,50 (2)
MEIS – Macrozona de Interesse Social	1	50%	15%	2	125/10	3,0	1,50 (1)	1,50 (2)
MI – Macrozona Industrial	1	85%	10%	4	2.550/50	5,0	1,50 (1)	2,50 (2)
MPP – Macrozona de Preservação Permanente	0,3 (3)	15% (3)	50% (3)	2 (3)	-	5,0 (3)	2,50 (1)	2,50 (2)

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

ANÁLISE

- Mapas de Macrozoneamento Urbano e de Zoneamento apresentam inconsistências entre si;
- No texto da lei, a divisão em zonas ZR, ZCS1 e ZCS2 está relacionada apenas a Macrozona Preferencial;
- Mapa de Zoneamento não indica diferenciação entre ZCS1 e ZCS2;
- Parâmetros de Uso e Ocupação aplicados nas Macrozonas, não diferenciando as zonas ZR, ZCS1 e ZCS2.

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

Propostas para garantir os direitos a cidade sustentável

I. Definição de propostas específicas considerando os eixos/ temáticas identificadas na fase anterior (diagnóstico). Estas deverão garantir os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer.

Instrumentos Urbanísticos

I. Definição de instrumentos, dentre os previstos em legislações federal como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e outras, que poderão ser aplicados à realidade do Município.

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

Instrumentos Urbanísticos

Os instrumentos identificados na Lei do Plano Diretor Municipal vigente (Lei Municipal nº 797/2011), são:

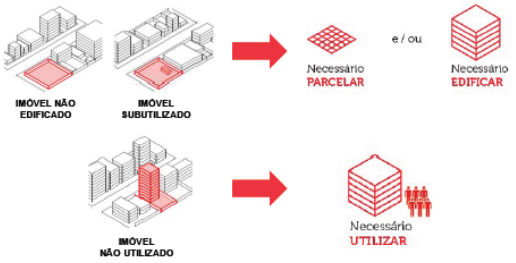
- IPTU Progressivo no Tempo;
- Desapropriação com Pagamentos em Títulos;
- Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV.

Observação: O município não apresenta legislação específica que os regulamentem, bem como não constam mapeamentos.

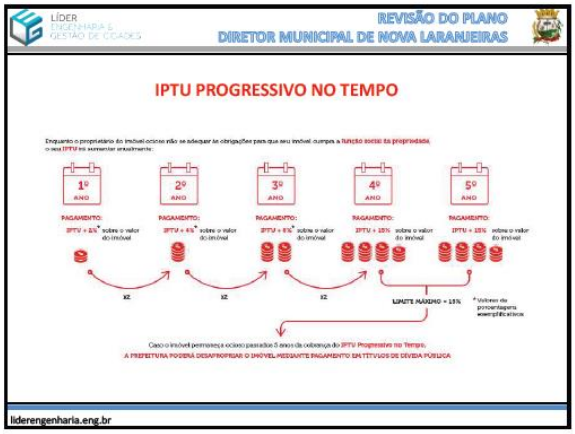
liderengenharia.eng.br

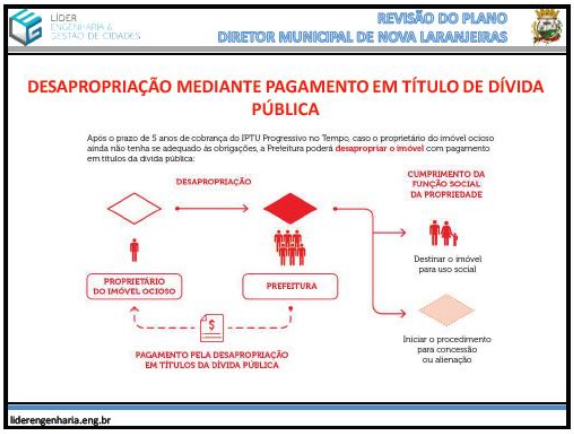
LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA (PEUC)



liderengenharia.eng.br


LÍDER
ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO
1º ANO
2º ANO
3º ANO
4º ANO
5º ANO
PAGAMENTO:
IPTU + 2%* sobre o valor do imóvel
IPTU + 4%* sobre o valor do imóvel
IPTU + 6%* sobre o valor do imóvel
IPTU + 15% sobre o valor do imóvel
IPTU + 15% sobre o valor do imóvel
x2
x2
x2
LIMITE MÁXIMO = 15%
* Valores de porcentagens exemplificativos
Caso o imóvel permaneça ocioso passados 5 anos da cobrança do IPTU Progressivo no Tempo,
A PREFEITURA PODERÁ DESAPROPRIAR O IMÓVEL MEDIANTE PAGAMENTO EM TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA
liderengenharia.eng.br

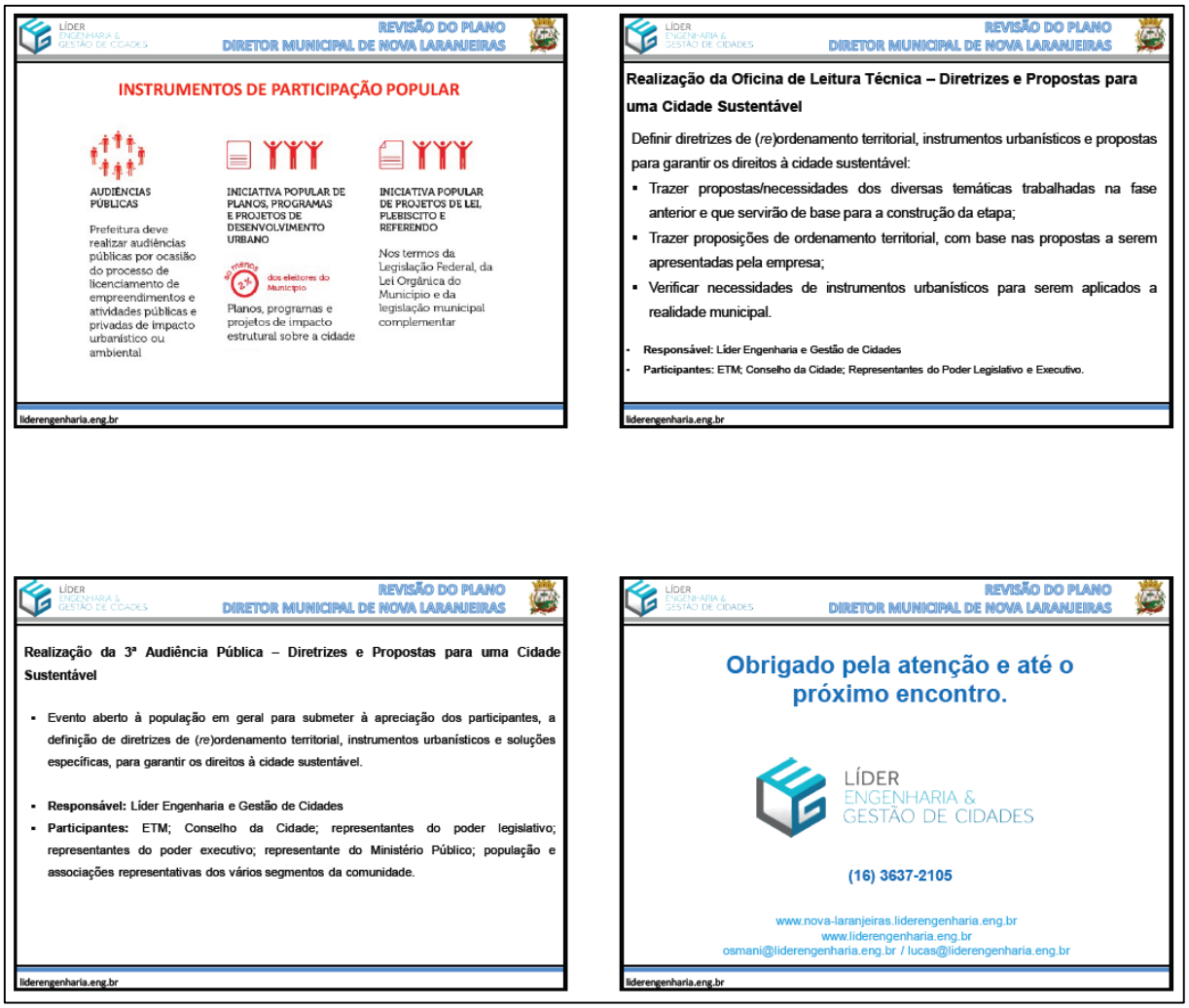

LÍDER
ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
DESAPROPRIAÇÃO MEDIANTE PAGAMENTO EM TÍTULO DE DÍVIDA PÚBLICA
Após o prazo de 5 anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, caso o proprietário do imóvel ocioso ainda não tenha se adequado às obrigações, a Prefeitura poderá desapropriar o imóvel com pagamento em títulos da dívida pública:
DESAPROPRIAÇÃO
CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE
PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OCIOSO
PREFEITURA
Destinar o imóvel para uso social
Iniciar o procedimento para concessão ou alienação
PAGAMENTO PELA DESAPROPRIAÇÃO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
liderengenharia.eng.br

LÍDER
ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO
DIREITO DE PREEMPÇÃO
CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE
PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OCIOSO
TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL
PREFEITURA
A Prefeitura pode parcelar o imóvel
O proprietário receberá parcelas do terreno com valor correspondente ao valor do imóvel antes das obras realizadas
A Prefeitura pode edificar o imóvel
O proprietário receberá unidades imobiliárias com valor correspondente ao valor do imóvel antes das obras realizadas
A Prefeitura terá preferência de aquisição dos imóveis marcados como sujeitos ao direito de preempção, para possuir área necessária para cumprir os objetivos e implantar as ações prioritárias do Plano Diretor.
PREFERÊNCIA PARA ADQUIRIR
PREFEITURA
Imóveis sujeitos ao direito de preempção
liderengenharia.eng.br

LÍDER
ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR
Todo imóvel possui um potencial construtivo, calculado a partir de sua área e de seu coeficiente de aproveitamento máximo. A Transferência do Direito de Construir permite que este potencial construtivo seja utilizado em outro local, em imóveis urbanos privados ou públicos, para viabilizar:
Preservação de bens culturais
Implantação de corredores de ônibus
Habitação de Interesse Social e regularização fundiária
Implantação de parques e preservação de áreas de interesse ambiental
PROPRIETÁRIO
Nos casos em que o imóvel não for doado à Prefeitura, os recursos estarão condicionados à conservação do mesmo
Transferência do Potencial Construtivo do imóvel para outro local
Emite declaração permitindo a transferência
PREFEITURA
liderengenharia.eng.br

LÍDER
ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
OPERAÇÕES URBANAS
INSTR. GESTÃO AMBIENTAL
Instrumento definido na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) para viabilizar projetos elaborados pelo poder público, com o objetivo de promover transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.
ELABORADO PELO PODER PÚBLICO
GESTÃO PARTICIPATIVA
• Otimização de áreas subutilizadas
• Qualificação do espaço público
• Promoção da Habitação de Interesse Social
• Promoção do desenvolvimento econômico e dinamização da área visando a geração de empregos
EIA RIMA
EIV RIV
TAC
AAE
TCA
EVA
EIA Estudo de Impacto Ambiental
RIMA Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
EIV Estudo de Impacto de Vizinhança
RIV Relatório de Impacto de Vizinhança
EVA Estudo de Viabilidade Ambiental
AAE Avaliação Ambiental Estratégica
TCA Termo de Compromisso Ambiental
TAC Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental
liderengenharia.eng.br

LÍDER
ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
ZEIs
Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)
Concessão do Direito Real de Uso
Concessão de Uso Especial Para Fins de Moradia
Usucapião Especial de Imóvel Urbano, Individual ou Coletivo
liderengenharia.eng.br



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

6.2.2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA: 18 de maio de 2022

LOCAL: Câmara de Vereadores

HORÁRIO: 18 horas

PAUTA: Submeter à apreciação dos participantes a caracterização das condições quali-quantitativas do município conforme os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada, considerando a Leitura Técnica;

Responsável: Equipe da consultoria;

Participantes: ETM, representantes poder executivo, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

Figura 6.4 – Fotos da 2ª Audiência Pública.

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 6.5 – Listas de Presença – 2ª Audiência Pública.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Município de Nova Laranjeiras – PR

ATIVIDADE: 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL
DATA: 18/05/2022

NOME	TELEFONE	SETOR QUE REPRESENTA	ASSINATURA
OSMAN VICENTE JR	43999378937	LÍDER ENGENHARIA	[illegible]
EVANDRO TESSARO	42 998327246	Sec Plan. Obras	[illegible]
EVERTON TIAGO PINTO	45 9 9991 0421	SEC PLANEJAMENTO	[illegible]
Dori José Nogueira	42 998254311	Sec. Viação	Dori
Deonilda B. Nogueira	42991326571		Deonilda
Juci B. B. Ballmeti	42 999034342	Sec. de Saúde	[illegible]
Telis Pegoraro	42988634476	Planejamento e Obras	Telis Pegoraro
Luiz Carlos Schmidt	42988072423	Divisão e manutenção	[illegible]
Samuel de Lima	42 984 356137	Procuradoria Jurídica	[illegible]
SANDRO S VERONEZE	4299808431	SEC. FINANÇAS	[illegible]
ANILTON J. A. DOS SANTOS	42988448663	DEPT. TRIBUTAÇÃO	[illegible]
EVERTON MACHADO	42 998327360	CLASSIFICADOR	[illegible]

GERSON SILVA (42)98812-8155 SEC. FINANÇAS
Roni João de Andrade (42)991315224 Sec. Viação
EMERSON MAIRNEI (42)99996-3551 GESTOR DE CONVÊNIOS

PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Município de Nova Laranjeiras – PR

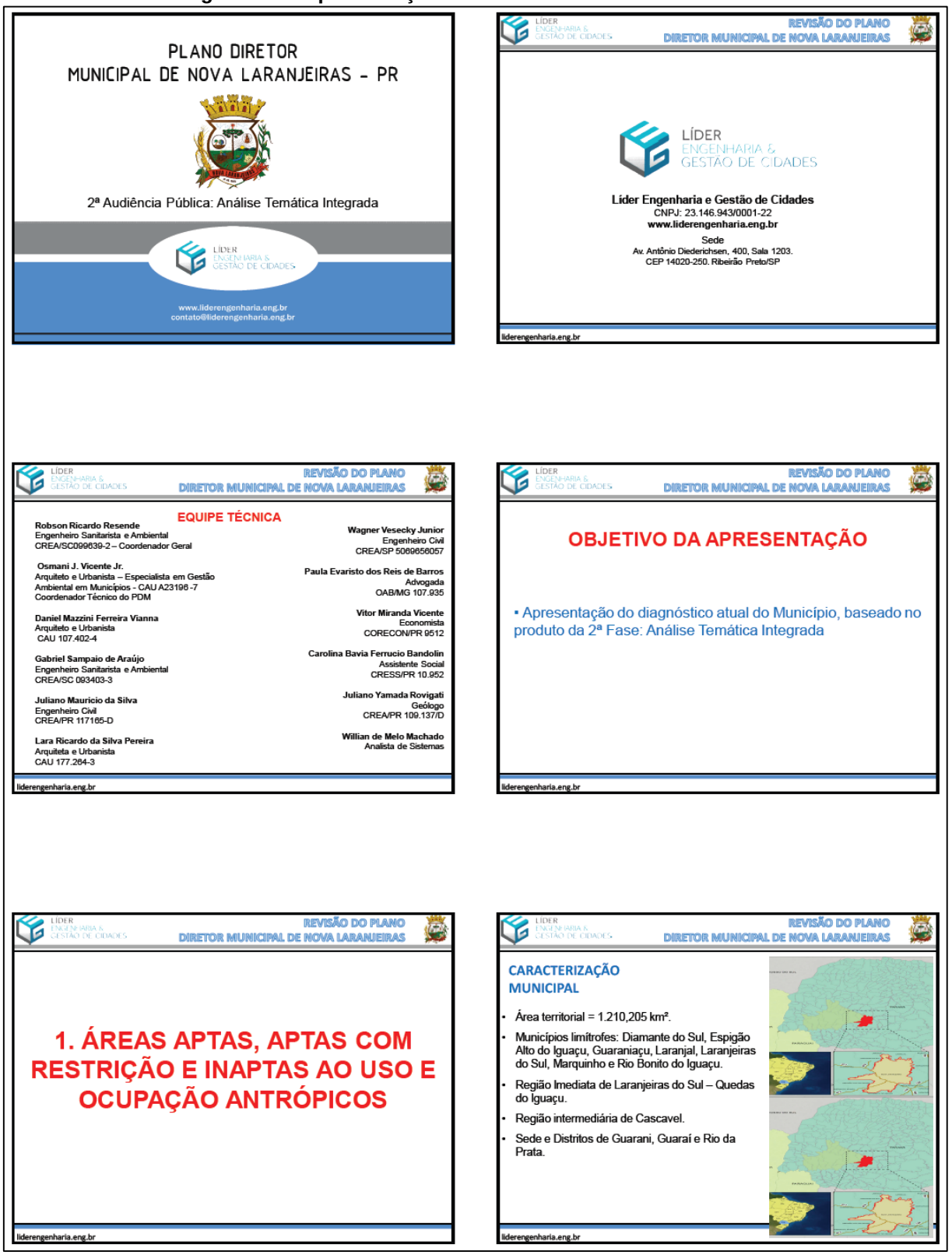
ATIVIDADE: 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL
DATA: 18/05/2022

NOME	TELEFONE	SETOR QUE REPRESENTA	ASSINATURA
Bruno Schfranski	42 98857-6388	Licitação	Bruno Schfranski
JAIR MULLER	42. 99866 3757	AGRICULTURA	[illegible]
Angelita Fiori	42 999800702	Educação	[illegible]
FRANCISCO ALTAIR FERNANDES	42 999131811	SEC. ASS. SOCIAL	[illegible]
Deonir Borba Nogueira	42 984041909	Município	Deonir B. Nogueira
Lucas Gdak	42 998100694	Município	Lucas Gdak
Jaima Cristina Silva	(42) 998044910	Administração	[illegible]
MARCELO PASSARIN	(42) 988025980	SICOOB	[illegible]
Vanessa Al. Zankahol	(42) 988805210	Finanças	[illegible]
Rodrigo Sutil de Oliveira	(42) 98425-4226	Compras	[illegible]
PETERSON PRAMIU	42 998069309	AGRICULTURA	[illegible]
Emerson Pilarski	(42) 988072427	Educação	[illegible]

Arcindo J. Valcarenghi 42)998361973 Educação
Raquel B. dos Reis 42 999059245 A. Social
Ivo Soriene 4 999007684

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

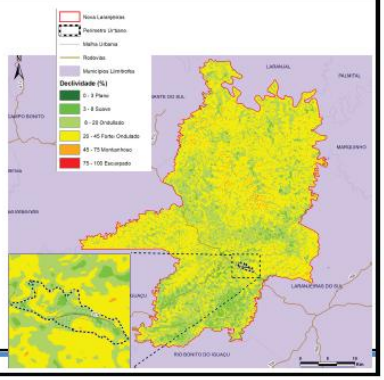
Figura 6.6 – Apresentação utilizada – 2ª Audiência Pública.



LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

DECLIVIDADE

- Declividade moderada (ondulada) a acentuada (forte ondulada) (entre 8% e 45%).
- Zona Urbana:
- Ondulado (8% e 20%) e Forte Ondulado (20% a 45%). Variando de aptas para a ocupação urbana até aptas com restrição e inaptas, uma vez que a porcentagem de inclinação sofre grandes variações.



liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

HIDROGRAFIA e APPs

- Córrego urbano.
- APPs não preservadas.
- Áreas de expansão no entorno do perímetro urbano.

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

VEGETAÇÃO

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

ÁREAS APATAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS

- **Áreas Inaptas:** locais com hidrografia, APP, reservas de mata nativa, locais com declividade acima do ideal, entre outros que possam comprometer a preservação dessas áreas e faixa de servidão.
- **Áreas aptas com restrição:** locais onde a declividade ultrapassa os 15% e não excedam o limite de 30%, bem como áreas com risco de alagamento.
- **Áreas aptas:** todas as demais áreas do território cujas características não se enquadram nos demais itens, por tanto adequadas à ocupação do solo.

Ao analisar o mapa de Áreas Aptas, Aptas com Restrição e Inaptas é possível afirmar que o município de Nova Laranjeiras é apto à ocupação antrópica em quase todo o seu território. Nota-se ainda que há algumas áreas aptas com restrição nos locais onde a declividade excede os 15%. Em relação às áreas inaptas, observa-se apenas as APPs ao longo dos corpos d'água e áreas com declividade acentuada, excedendo os 30%.

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

2. USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO

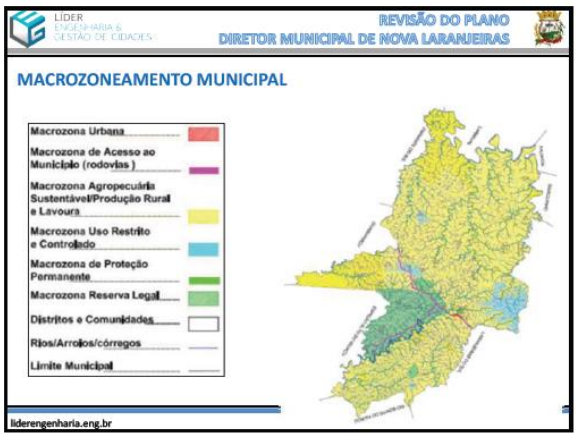
liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL

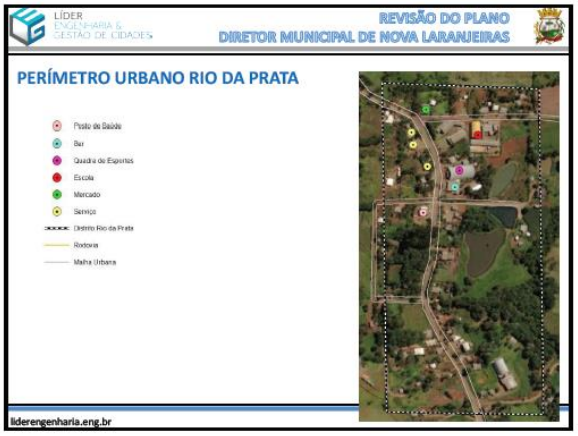
- Áreas urbanas: Sede Municipal, Rio da Prata, Guaraí, Guarani, Bananas e Paiquere.
- Assentamentos da reforma agrária: Assentamento Estrela, Assentamento Terra Livre e Assentamento Terceira Conquista da União (Xagu). Existe também uma área ocupada com o Acampamento Guajuvira.
- As principais demandas na zona rural são a abertura ou manutenção de estradas, pavimentação poliédrica (calçamento) e máquinas agrícolas e retroescavadeiras para prestação de serviços nas propriedades.

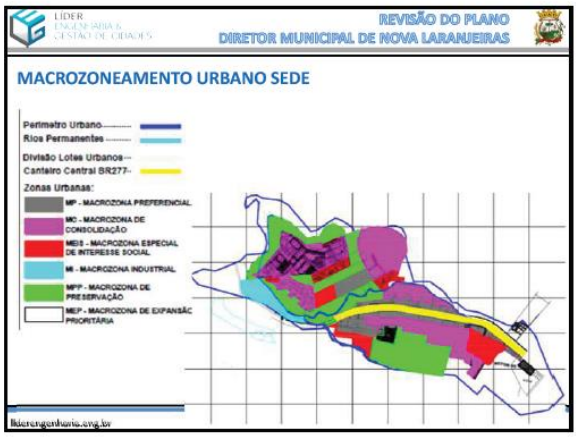
liderengenharia.eng.br

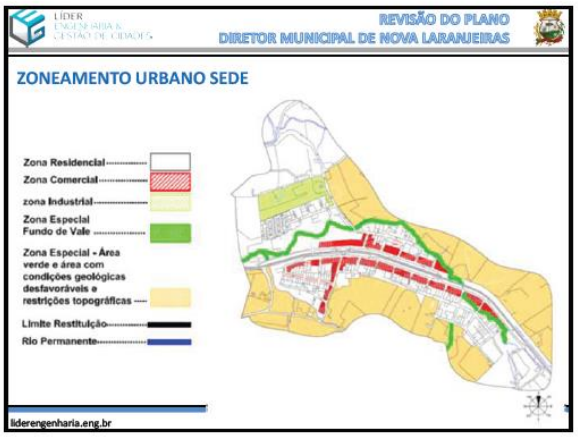

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
MACROZONEAMENTO MUNICIPAL
Macrozona Urbana
Macrozona de Acesso ao Município (rodovias)
Macrozona Agropecuária Sustentável/Produção Rural e Lavoura
Macrozona Uso Restrito e Controlado
Macrozona de Proteção Permanente
Macrozona Reserva Legal
Distritos e Comunidades
Rios/Arroios/córregos
Limite Municipal
liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
PERÍMETRO URBANO SEDE
MAPA PERÍMETRO URBANO
liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
PERÍMETRO URBANO GUARANI E GUARAÍ
liderengenharia.eng.br


LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
PERÍMETRO URBANO RIO DA PRATA
Posto de Saúde
Bar
Quadra de Esportes
Escola
Mercado
Serviços
Distrito Rio da Prata
Rodovias
Malha Urbana
liderengenharia.eng.br


LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
MACROZONEAMENTO URBANO SEDE
Perímetro Urbano
Rios Permanentes
Divisão Lotes Urbanos
Canteiro Central BR277
Zonas Urbanas:
MP - MACROZONA PREFERENCIAL
MC - MACROZONA DE CONSOLIDAÇÃO
MEIS - MACROZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
MI - MACROZONA INDUSTRIAL
MPP - MACROZONA DE PRESERVAÇÃO
MEP - MACROZONA DE EXPANSÃO PRIORITÁRIA
liderengenharia.eng.br


LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
ZONEAMENTO URBANO SEDE
Zona Residencial
Zona Comercial
zona Industrial
Zona Especial Fundo de Vale
Zona Especial - Área verde e área com condições geológicas desfavoráveis e restrições topográficas
Limite Restituição
Rio Permanente
liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

- Zona Residencial - corresponde às áreas urbanas destinadas ao uso predominantemente residencial, como apoio do Comércio e Serviço Vicinal de pequeno porte.
- Zona de Comércio e Serviço 1 (ZCS1) - correspondem os lotes com testada para a Rua Santa Catarina e Rua Rio Grande do Sul em toda a área urbana nos quais terão preferência toda atividade comercial e de serviços característicos ao atendimento de Rodovia, ou seja, restaurantes bares, hotéis, oficinas de lataria e pintura, comércio atacadista, deposito de materiais, oficinas mecânicas, posto de serviços dentre outros, sendo permissível o uso residencial.
- A Zona de Comércio e Serviço 1 (ZCS1) tem por objetivo definir área para atração e concentração de serviços de médio e grande porte, promovendo prioritariamente o Comércio e Serviço Setorial.

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

- A Zona de Comércio e Serviço 2 (ZCS2) - correspondente à área urbana composta pelos lotes com testada para a Rua Aldino Domingos Passarin, em toda sua extensão, Rua Alcides Petró, em toda sua extensão, Estrada Municipal Vereador João Antonio Wolff, no trecho urbano, Rua Raimundo Mioranza, no trecho compreendido entre a Travessa Cuiabá e a Rua Avelino Badotti, Ruas Ceará, Anselmo Veronese, Vereador Antonio Ribeiro de Oliveira no trecho compreendido entre as Ruas Rio Grande do Sul e Rua Pernambuco.
- A Zona de Comércio e Serviço 2 (ZCS2) tem por objetivo definir área prioritária para a concentração de comércio e serviços de pequeno e médio porte.

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

USO DO SOLO

Zona	Usos			
	Permitido	Permissível	Tolerado	Proibido
MP – Macrozona Preferencial	Residencial: -habitação coletiva horizontal -habitação coletiva vertical -comércio e serviço1 Comércio e serviço 2 - uso comunitário 1 - uso institucional 1 - Habitação transitória 1 e 2	- Comercio e serviço setorial	- Uso comunitário 2 -habitação unifamiliar	- todos os demais usos
MEP – Macrozona de Expansão Prioritária	-habitação uni familiar -habitação coletiva horizontal - uso comunitário 1 -comércio e serviço vicinal e de bairro - Habitação transitória 1 e 2	- Uso institucional 1	- Uso comunitário 2	- todos os demais usos
MEIS – Macrozona de Interesse Social	-habitação unifamiliar (1) -habitação coletiva horizontal -comércio e serviço vicinal e de bairro - uso institucional 1	- Uso comunitário 2	- Uso comunitário 1	- todos os demais usos
MI – Macrozona Industrial	- Indústria do tipo 1 - Indústria do tipo 2 - Indústria do tipo 3 - comércio e serviço específico 2 - comércio e serviço setorial	- Uso comunitário 2 - Uso comunitário 3 -comércio e serviço específico 1 -comércio e serviço geral -habitação transitória 3	habitação uni familiar (1)	- todos os demais usos
MPP – Macrozona de Preservação Permanente	-preservação e recuperação - pesquisa científica - atividades de lazer e parques (2)	-educação ambiental		- todos os demais usos

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

ÍNDICES DE OCUPAÇÃO DO SOLO

Zona	C.A. básico	T.O. máx.	T.P. mín.	Nº de Pavim. (4)*	Lote mín / Testada mín. (m^2/m)	Recuos		
						Frente	Lateral	Fundos
MP – Macrozona Preferencial	3,0	75%	10%	8	250/10	0 (7)	1,50 (1)	1,50 (2)
MC – Macrozona de Consolidação	1	75%	20	4	250/10	3,0	1,50 (1)	1,50 (2)
MEP – Macrozona de Expansão Prioritária	1	50%	20%	4	250/10	3,0	1,50 (1)	1,50 (2)
MEIS – Macrozona de Interesse Social	1	50%	15%	2	125/10	3,0	1,50 (1)	1,50 (2)
MI – Macrozona Industrial	1	85%	10%	4	2.550/50	5,0	1,50 (1)	2,50 (2)
MPP – Macrozona de Preservação Permanente	0,3 (3)	15% (3)	50% (3)	2 (3)	-	5,0 (3)	2,50 (1)	2,50 (2)

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

ANÁLISE

- Mapas de Macrozoneamento Urbano e de Zoneamento apresentam inconsistências entre si;
- No texto da lei, a divisão em zonas ZR, ZCS1 e ZCS2 está relacionada apenas a Macrozona Preferencial;
- Mapa de Zoneamento não indica diferenciação entre ZCS1 e ZCS2;
- Parâmetros de Uso e Ocupação aplicados nas Macrozonas, não diferenciando as zonas ZR, ZCS1 e ZCS2.

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

VAZIOS URBANOS

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

3. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

PAVIMENTAÇÃO

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

INFRAESTRUTURA

Pontos negativos/deficiências
Calçadas não executadas em algumas vias
Áreas críticas de desabastecimento nas zonas rurais devido ao baixo número de poços e redes de distribuição existentes nas comunidades
Não há atualmente galpão de separação do lixo reciclável ou associação de catadores no município, ou mesmo programas de coleta seletiva
Ausência do Plano Municipal de Destinação dos Resíduos Sólidos.
Deficiências na rede de drenagem das vias não pavimentadas e estradas rurais
Falta de rede de iluminação pública na zona rural
Pontos positivos/potencialidades
90% das vias pavimentadas e em bom estado de conservação
Serviço de distribuição de água operado pela SANEPAR na área urbana.
Rede coletora de esgoto com 23.233 metros de extensão.
85% das vias com rede de drenagem urbana

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

MEIO AMBIENTE

Pontos negativos/deficiências
Não há indicadores para as questões ambientais
Queimadas, deposição de resíduos em locais impróprios e poluição de corpos de água
Rompimento de calçadas e muros, contato com a rede elétrica e riscos de queda em decorrência da arborização
Pontos positivos/potencialidades
O Município conta com um Plano de Arborização Urbana
Programas desenvolvidos pelo departamento de meio ambiente são as proteções de fontes e nascentes de água, a doação de mudas de árvores nativas para recuperação de áreas degradadas e matas ciliares
Palestras de educação ambiental em escolas e para comunidade em geral
Cadastros das Unidades de conservação: ATI Rio das Cobras, RPPN Corredor Iguaçu I e Estação Ecológica Zafalon
Área do Lago Municipal, com infraestrutura em bom estado, sendo uma área bem localizada e utilizada pela população

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

SAÚDE

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

EDUCAÇÃO

liderengenharia.eng.br

SAÚDE

Pontos positivos/potencialidades
USF atendem à demanda municipal
Atendimento do SAMU

EDUCAÇÃO

Pontos negativos/deficiências
Nem todas as escolas tem estrutura física adaptada para receber os alunos com dificuldades para locomoção
Diminuição gradativa do número de alunos
Necessidade de multisseriação, e por consequência baixo rendimento
Falta de estrutura física para implantação da escola em tempo integral
Falta de estímulo aos estudantes, apoio e comprometimento por parte da família
Adaptações às mídias digitais
Dedicação por parte de uma minoria de profissionais
Pontos positivos/potencialidades
Equipamentos de educação atendem à demanda do município
Oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA Fase I
Em parceria com a Secretaria de Assistência Social, estão sendo ofertados cursos no contra turno, dentro das escolas municipais, buscando atender as crianças com maior vulnerabilidade social.
Relação de número de alunos por turma e por professor está de acordo com as normas estabelecidas pelo ministério da educação

EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

Equipamento de Esporte/Lazer	Localização
Ginásio de Esportes Mário da Rosa	Sede
Ginásio de Esportes Passarin	Sede
Ginásio de Esportes do Rio da Prata	Rio da Prata
Campo de Futebol 7	Guaraí
Campo de Futebol 7	Xagu
Ginásio de Esportes do Rio Guarani	Rio Guarani
Campo de Futebol 7	Rio Guarani
Campo de Futebol 11	Aldeia Sede do Rio das Cobras
Campo de Futebol 7	Assentamento Estrela
Parque Infantil	Lago Municipal Nova Laranjeiras (Sede)
Parque Infantil	Sede (Ginásio Mário da Rosa)
Arena Ênio Dalla Santa Sintético	Lago Municipal (Sede)
Campo de Futebol 11 Nenezão	Estrada Rural João Wolff km 02
Quadra de Futsal	Cohapar (Sede)
Centro Esportivo e Recreativo e de Lazer Alfredo Badotti	Sede

ESPORTE, CULTURA E TURISMO

Pontos negativos/deficiências
Campos de Futebol 7 Xagu e Assentamento Estrela, que não possuem instalações sanitárias
Necessidade de implantação de campo de futebol 7 no Xagu 2 e no Rio da Prata
Necessidade de construção de um Centro Cultural para o município
Falta de atividades voltadas ao turismo especialmente ao turismo rural
Falta de um museu para valorização da cultura especialmente indígena do município
Pontos positivos/potencialidades
A maioria dos equipamentos apresentam condições mínimas quanto às questões de acessibilidade universal
Capacidade de suporte para atender a demanda está satisfatória, e há a previsão de implantação de novos equipamentos
Várias ações e programas desenvolvidos pelo departamento de esportes
Escolinhas de futsal na zona rural
Vários eventos realizados no setor de cultura

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pontos negativos/deficiências
Não existe no município programa específico de erradicação do trabalho infantil
Estrutura física do CRAS em condições ruins
Falta de profissionais na equipe volante do CRAS
Pontos positivos/potencialidades
Bom desempenho do CRAS e do SCFV
Proteção Social Básica
Muitas ofertas de programas, serviços e projetos
Possui Centro de Convivência para Idosos com diversas atividades

CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Pontos negativos/deficiências
Capacidade insuficiente para a demanda dos próximos 10 anos
Não regularizados junto ao órgão ambiental estadual
Pontos positivos/potencialidades
O Município possui 1 cemitério na área urbana e 19 na área rural
Há duas empresas que presta serviços funerários e uma capela mortuária

SEGURANÇA PÚBLICA

Pontos negativos/deficiências
Viatura com problemas mecânicos recorrentes
Necessidade de duas viaturas, uma com tração 4x4, para atender a área rural
Necessidade de implantação de câmeras de monitoramento
Pontos positivos/potencialidades
Patrulha na zona rural é realizada diariamente
Há cadastramento das áreas de risco

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Pontos negativos/deficiências
Ausência de parque ou zona industrial implantada
Pontos positivos/potencialidades
Destaque na produção de soja, milho e mel
Destaque na produção de galináceos, leite e gado de corte

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

TRIBUTAÇÃO E CADASTRO

Pontos negativos/deficiências
Estrutura organizacional existente não atende à demanda fiscal
Necessidade de fiscais a campo e servidores
Legislação tributária desatualizada
Necessidade de atualização da planta genérica de valores
Necessidade de recadastramento imobiliário
Pontos positivos/potencialidades
O setor possui bons equipamentos e sistema de informática

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

4. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL X CAPACIDADE DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

ABRANGÊNCIA SAÚDE

liderengenharia.eng.br

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

ABRANGÊNCIA EDUCAÇÃO

liderengenharia.eng.br

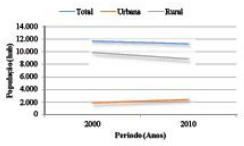
LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

5. EXPANSÃO URBANA X CAPACIDADE DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

liderengenharia.eng.br

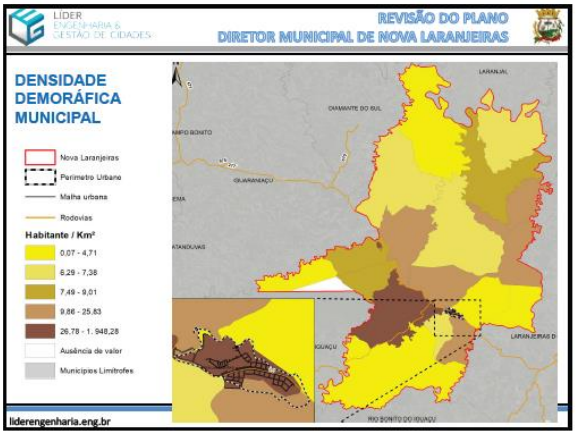
LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

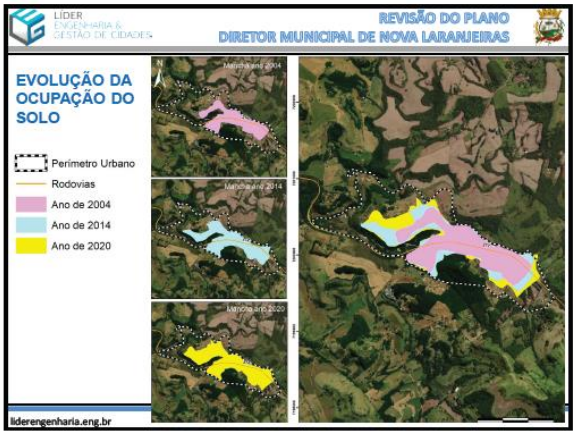
CRESCIMENTO POPULACIONAL

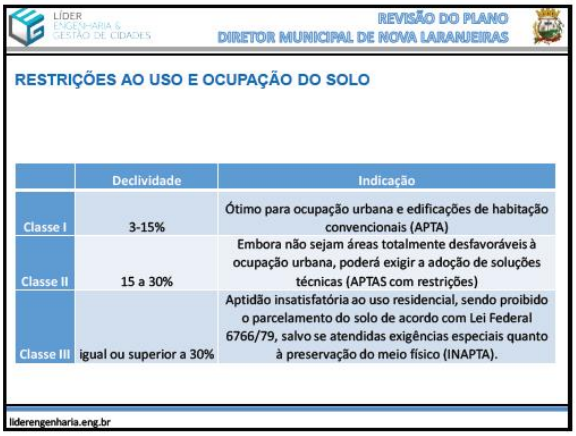


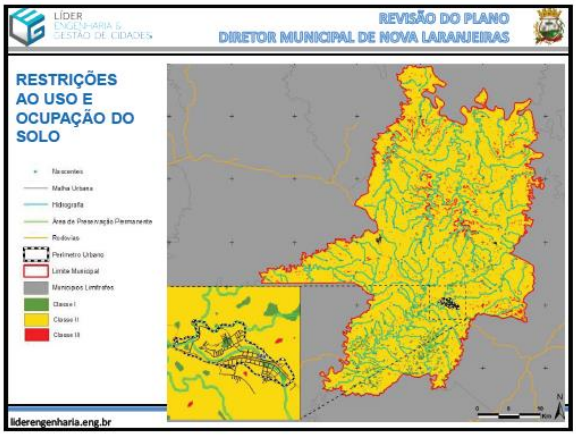
Ano	População
2022	10.715
2023	10.672
2024	10.630
2025	10.587
2026	10.545
2027	10.503
2028	10.461
2029	10.420
2030	10.378
2031	10.337
2032	10.296

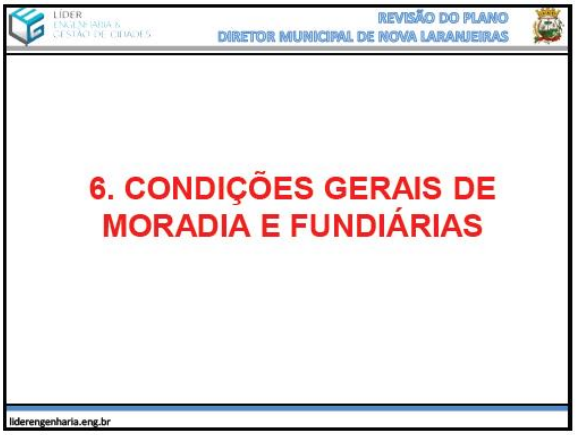
liderengenharia.eng.br

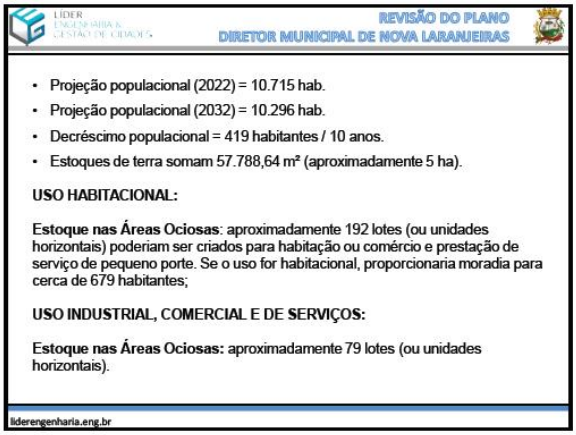

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
DENSIDADE DEMORÁFICA MUNICIPAL
Nova Laranjeiras
Perímetro Urbano
Malha urbana
Rodovias
Habitante / Km²
0,07 - 4,71
6,29 - 7,38
7,49 - 9,01
9,86 - 25,83
26,78 - 1. 948,28
Ausência de valor
Municípios Limítrofes
liderengenharia.eng.br

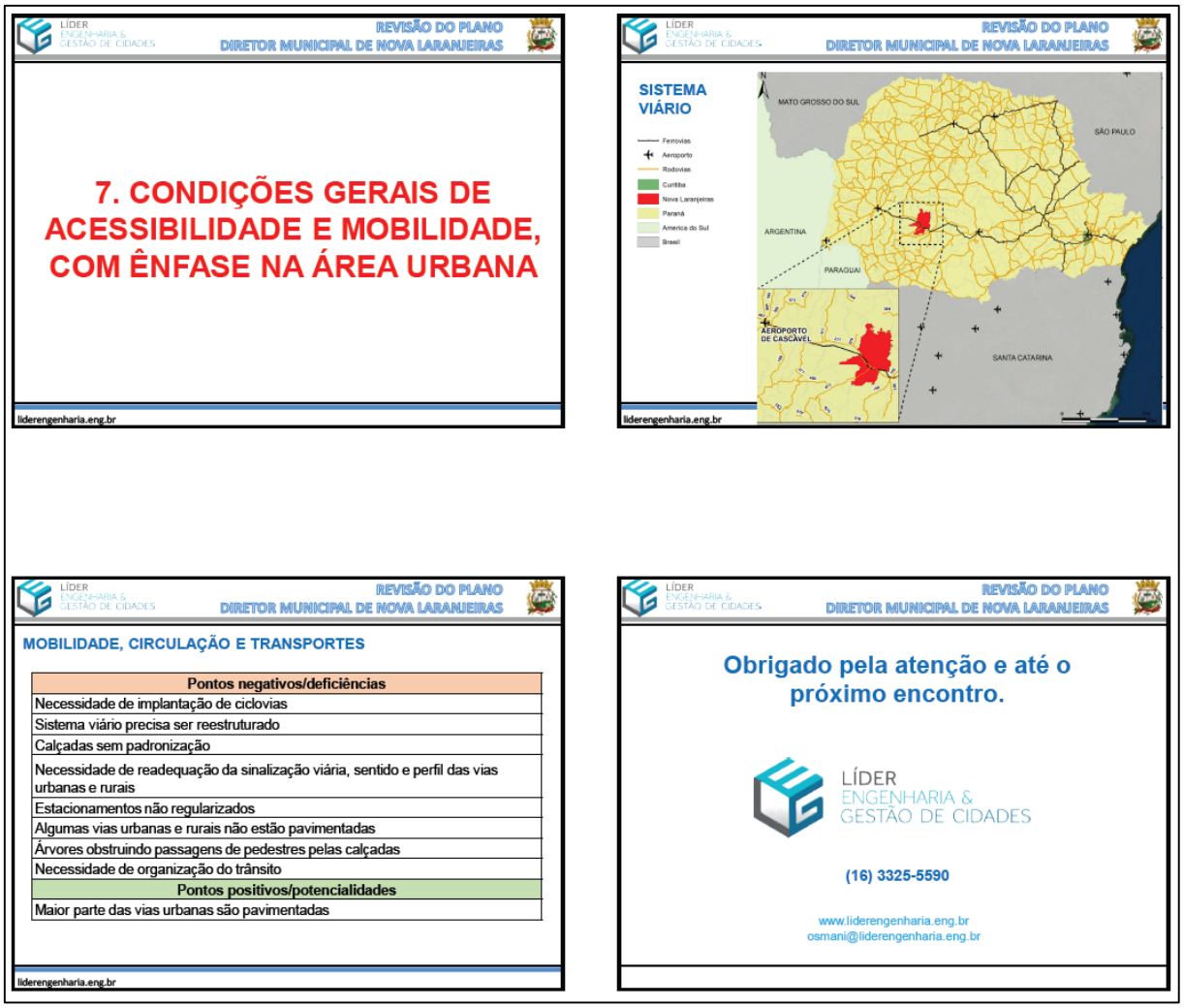

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO
Perímetro Urbano
Rodovias
Ano de 2004
Ano de 2014
Ano de 2020
liderengenharia.eng.br


LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
RESTRIÇÕES AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Declividade
Indicação
Classe I
3-15%
Ótimo para ocupação urbana e edificações de habitação convencionais (APTA)
Classe II
15 a 30%
Embora não sejam áreas totalmente desfavoráveis à ocupação urbana, poderá exigir a adoção de soluções técnicas (APTAS com restrições)
Classe III
igual ou superior a 30%
Aptidão insatisfatória ao uso residencial, sendo proibido o parcelamento do solo de acordo com Lei Federal 6766/79, salvo se atendidas exigências especiais quanto à preservação do meio físico (INAPTA).
liderengenharia.eng.br


LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
RESTRIÇÕES AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Nascentes
Malha Urbana
Hidrografia
Área de Preservação Permanente
Rodovias
Perímetro Urbano
Limite Municipal
Municípios Limítrofes
Classe I
Classe II
Classe III
liderengenharia.eng.br


LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
6. CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS
liderengenharia.eng.br


LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES
REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
• Projeção populacional (2022) = 10.715 hab.
• Projeção populacional (2032) = 10.296 hab.
• Decréscimo populacional = 419 habitantes / 10 anos.
• Estoques de terra somam 57.788,64 m² (aproximadamente 5 ha).
USO HABITACIONAL:
Estoque nas Áreas Ociosas: aproximadamente 192 lotes (ou unidades horizontais) poderiam ser criados para habitação ou comércio e prestação de serviço de pequeno porte. Se o uso for habitacional, proporcionaria moradia para cerca de 679 habitantes;
USO INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS:
Estoque nas Áreas Ociosas: aproximadamente 79 lotes (ou unidades horizontais).
liderengenharia.eng.br

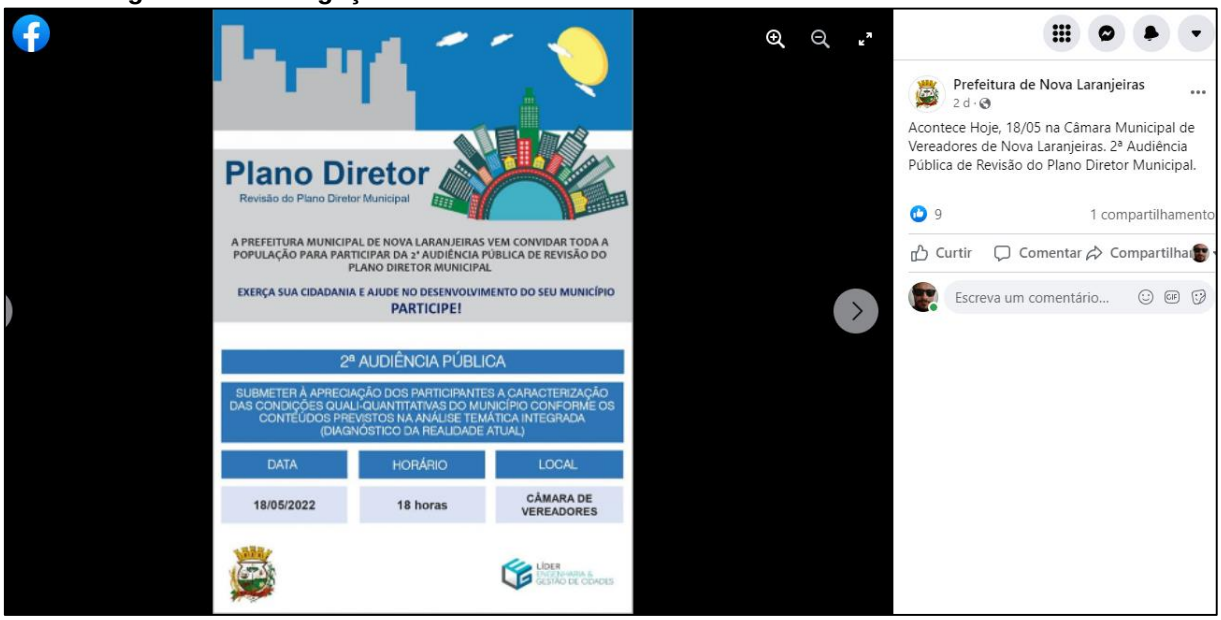


Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 6.7 – Cartaz utilizado na divulgação da 2ª Audiência Pública.

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras.

Figura 6.8 –Divulgação da 2ª Audiência Pública nas redes sociais da Prefeitura.



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Série Histórica.** Disponível em: <http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/#> Acesso em: nov. 2021.

IAPAR. **Instituto Agronômico do Paraná.** Disponível em: <http://www.iapar.br/pagina-677.html>. Acesso em: mai. 2021

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Cartografia Hidrogeológica.** Disponível em: <https://cprm.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=e1503e4e2617415fa63b69df1d5212d5>. Acesso em: nov. 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades | Paraná | Nova Laranjeiras | Panorama.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/novalaranjeiras/panorama> Acesso em: nov. 2021.

IPARDES | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico – Município de Nova Laranjeiras.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85478> Acesso em: nov. 2021.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Perfil – Nova Laranjeiras, PR.** Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/novalaranjeiras_pr> Acesso em: nov. 2021.

Prefeitura de Nova Laranjeiras. Disponível em: <https://www.novalaranjeiras.pr.gov.br/> Acesso em: nov. 2021.

Portal da Transparência. Prefeitura de Nova Laranjeiras. Disponível em: <http://transparenciaparana.net.br/pmnl> Acesso em: nov. 2021.

Cidade-Brasil. **Nova Laranjeiras – Informações sobre o Município e a Prefeitura.** Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-novalaranjeiras.html> Acesso em: nov. 2021.

Paraná Turismo. **Nova Laranjeiras.** Disponível em: <https://www.paranaturismo.com.br/novalaranjeiras/ > Acesso em: nov. 2021.

TheCities. **Nova Laranjeiras.** Disponível em: <https://www.thecities.com.br/Brasil/Paran%C3%A1/novalaranjeiras/ > Acesso em: nov. 2021.

SANEPAR. **A Sanepar – Perfil**. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/a-sanepar/perfil> Acesso em: nov. 2021

SIDRA IBGE – **Sistema IBGE de Recuperação Automática.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202> Acesso em: nov. 2021

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 - Paraná.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=41#topo_piramide> Acesso em: nov. 2021.

Educa Mais Brasil. **Escolas em Nova Laranjeiras - PR**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/escolas/parana/novalaranjeiras/centro> Acesso em: nov. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Cidade.** Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em: nov. 2021.

BRASIL. **Reurb.** Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm> Acesso em: nov. 2021.

BRASIL. **Parcelamento do Solo Urbano.** Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm> Acesso em: nov. 2021.

BRASIL. **Lei do Saneamento Básico.** Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> Acesso em: nov. 2021.

Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras. Solicitação de Dados para o Plano Diretor Municipal. Empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades LTDA – ME. Nova Laranjerias, 2021.

Lei Orgânica do Município: <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-nova-laranjeiras-pr>.

Lei do Plano Diretor: LEI Nº 797, DE 14/06/2011 <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-nova-laranjeiras-pr>.

PPA: LEI Nº 1154, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017 <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/n/nova-laranjeiras/lei-ordinaria/2017/116/1154/lei-ordinaria-n-1154-2017-institui-o-plano-plurianual-para-o-quadrienio-2018-2021?q=plurianual>.

LDO: LEI Nº 1.307, DE 28 DE JUNHO DE 2021. <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/n/nova-laranjeiras/lei-ordinaria/2021/131/1307/lei-ordinaria-n-1307-2021-dispoe-sobre-as-diretrizes-para-elaboracao-do-orcamento-do-municipio-de-nova-laranjeiras-para-o-exercicio-financeiro-de-2022-e-da-outras-providencias?q=Diretrizes>.

Lei do Parcelamento: LEI Nº 800, DE 14/06/2011 <https://leismunicipais.com.br/a1/parcelamento-do-solo-nova-laranjeiras-pr>.

Lei do uso e ocupação do solo: Lei Complementar 799/2011 <https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/210/documento/1889>.

Lei do sistema viário: Lei Complementar 801/2011 <https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/210/documento/1888>.

Lei da estrutura administrativa (e como se encontra hoje): LEI Nº 971, DE 18/11/2013 <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/n/nova-laranjeiras/lei-ordinaria/2013/98/971/lei-ordinaria-n-971-2013-altera-a-estrutura-administrativa-do-municipio-de-nova-laranjeiras-e-da-outras-providencias?q=971>.

Última alteração na Lei do Perímetro Urbano: Lei 1191/2018 <https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/210/documento/5207>.